

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SABRINA FABÍOLA NOBRE**

**O assistente social contribuindo no processo de rompimento  
da violência física doméstica contra crianças e adolescentes**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 19/04/06

**FLORIANÓPOLIS (SC)  
2005**

**SABRINA FABÍOLA NOBRE**

**O assistente social contribuindo no processo de rompimento  
da violência física doméstica contra crianças e adolescentes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina –  
UFSC, como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Márcia Regina Ferrari.

**FLORIANÓPOLIS (SC)  
2005**

**SABRINA FABÍOLA NOBRE**

**O assistente social contribuindo no processo de rompimento  
da violência física doméstica contra crianças e adolescentes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Márcia Regina Ferrari



---

Claudia Voigt Espinola

---

Carmem Lúcia da Silva

## AGRADECIMENTOS

A minha querida mãe, Marlene, pela presença constante em minha vida. Pela dedicação, pela luta cotidiana e por seu amor incondicional. Não consigo mensurar o quanto te amo... acredito que seu amor por mim é do mesmo tamanho do meu amor por você: infinito.

Ao meu pai, Lael, pelo apoio, cuidado e carinho a mim dedicado. Obrigada por tudo.

A minha irmã/amiga, Mony, pela relação permeada de cumplicidade, respeito, carinho e união. Pelas “milhões de coisinhas” feitas por você que me fazem ser mais feliz.

Ao meu irmão, Gu, pelo cuidado, carinho, pelas conquistas realizadas e pelas muitas que iremos realizar.

Aos meus “cheirinhos”: Victinho, Juninho, Inês e Manu. Criaturinhas que colorem minha vida.

A minha supervisora de estágio, Waldirene. Profissional que tive como referência durante o período de estágio extracurricular e obrigatório, e que certamente terei como referência para sempre. Obrigada pelo conhecimento compartilhado, pela atenção e carinho.

A todos os profissionais do Programa Sentinela. Em especial ao Projeto Acorde que me acolheu de forma tão respeitosa. Local que muito contribuiu na minha formação. Também não poderia deixar de falar da Equipe de Acompanhamento, onde dei continuidade no meu aprendizado e fortaleci vínculos com pessoas especiais. Muito obrigado aos que formaram e aos que formam este Programa.

As assistentes sociais que participaram da pesquisa. Muito obrigada pelos depoimentos riquíssimos.

A Professora Márcia, por ter aceitado o convite de me orientar nesta etapa final de graduação. Obrigada também pela atenção, compromisso, disponibilidade e a paciência de esclarecer diversas dúvidas.

A profissional Carmem Lúcia, por sua dedicação enquanto docente, bem como pela sua disponibilidade em colaborar, participando da banca examinadora.

A Professora Claudia, que prontamente aceitou compor a banca examinadora, muito obrigado por participar.



A todos os familiares por sempre acreditarem em mim e estarem na torcida. VALEU FAMÍLIA.

Aos que um dia sonharam comigo este momento e que não estão mais presentes em matéria. Porém, mais do que nunca podem VIVENCIAR esta estação de vitória que contemplamos juntos.

Aos sempre amigos: Carlinho, Marce, Rô, Aline, Denise, Luís, Stela, Keka, D. Paulina, Graça...amigos de todas as horas. Obrigada pelo carinho de sempre.

Lucas, obrigada pelas boas risadas.

Rê, pela preciosa amizade. Tenho muito a agradecer, pelas conversas, preocupações compartilhadas e por estar sempre pronta a ajudar. Obrigada amiga.

Mi, pela amizade que iniciou na universidade e, se depender de mim, dará sempre belos frutos.

Aos que não citei, mas que de alguma forma participaram: muito obrigada.

Obrigada ao Divino Mestre por estar presente em minha vida e cuidar das “pessoinhas” que amo.

NOBRE, Sabrina Fabíola. **O assistente social contribuindo no processo de rompimento da violência física doméstica contra crianças e adolescentes.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, 82 f.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como principal objetivo refletir quanto a contribuição do assistente social no processo de rompimento da violência física doméstica contra crianças e adolescentes, mesmo quando o pretexto utilizado pelos pais é a educação. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória de natureza qualitativa realizada no período de agosto de 2005 a março de 2006. Utilizamos como instrumentais de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionário com os assistentes sociais da Equipe de Acompanhamento – Programa Sentinela do município de Florianópolis. Percebe-se a importância do limite nos relacionamentos interpessoais, inclusive na relação pais e filhos. Contudo, em nome desse limite, alguns pais utilizam-se da violência física para estabelecê-lo. É notório que a utilização da referida violência acarreta para crianças e adolescentes diversas consequências danosas, além de ser contrária ao que prima os Direitos Humanos, a Carta Magna, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras legislações. O profissional do Serviço Social, que atua no Programa Sentinela, intervém para que suas ações proporcionem a construção da resiliência da criança e/ou adolescente vitimizado. Para isso, este profissional utiliza algumas estratégias para trabalhar as questões culturais no ambiente familiar. A pesquisa também revela as expectativas e os resultados da atuação do assistente social, segundo sua própria perspectiva. Mesmo esbarrando, muitas vezes, na falta de políticas públicas eficazes, estes profissionais trabalham dentro da ótica da cidadania e dos direitos sociais, na tentativa de resgatar um bom convívio familiar aos usuários atendidos por este órgão.

Palavra-chave: Violência física doméstica, criança e adolescente, educação/limite, assistente social.

## COISAS FÁCEIS

Coisas fáceis, fazer um agrado  
Coisas fáceis, abrir um sorriso  
Coisas fáceis, estender os braços  
Coisas fáceis, agir com juízo

Coisas fáceis, mostrar o caminho  
Coisas fáceis, dizer a verdade  
Coisas fáceis, cuidar com carinho  
Coisas fáceis, viver com vontade

São coisas pra se fazer  
Sem esperar recompensa  
São coisas pra se querer  
Coisas tão simples  
E tão difíceis de esquecer

Um abraço, um sorriso, um aceno  
Coisas fáceis  
Gestos tão pequenos  
Coisas fáceis

(Jair Oliveira)

“Um outro mundo é possível  
e está em construção; ouçam atentamente, nos dias de  
calma é possível vê-lo respirar”.

(Arundathi Roy)

## SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
<b>1 BREVE HISTÓRICO DAS LEIS RELACIONADAS Á INFANCIA E JUVENTUDE BRASILEIRA.....</b>	<b>12</b>
1.1 Códigos de Menores .....	13
1.2 Um significativo passo na legislação brasileira: da Carta Cidadã ao Estatuto da Criança e do Adolescente.....	16
1.3 A política de atendimento, sob o prisma da Doutrina de Proteção Integral, para crianças e adolescentes vitimizados.....	19
1.4 Serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no município de Florianópolis: Programa Sentinela.....	21
1.4.1 Abordando a temática violência .....	27
1.4.1.1 Questões relacionadas à violência física.....	31
<b>2 VERBOS DIVERGENTES NO AMBIENTE FAMILIAR: EDUCAR X AGREDIR.....</b>	<b>35</b>
2.1 Objetivo Geral.....	36
2.2 Objetivos Específicos .....	36
2.3 Metodologia da pesquisa .....	36
2.4 Tudo em nome da educação (?).....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
APÊNDICE.....	61
ANEXO A.....	63
ANEXO B.....	73

## INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é fato mundial. Não se trata de uma realidade nova, persistindo o questionamento sobre o que sustenta a continuidade desse fenômeno e porque ainda não conseguiu eliminar o mesmo da nossa sociedade.

Para Hermann (1998), a violência pode ser considerada como um instrumento a serviço da dominação, ou seja, como uma ferramenta para controlar o outro.

Todos esperam que o lar seja um espaço voltado para a sustentabilidade da família, que nele seus membros recebam cuidado, proteção e referência social. Contudo, vários são os direitos violados, sendo crianças e adolescentes vítimas potenciais nesse espaço.

Manifestando-se de diversas formas, a violência doméstica perpetrada contra crianças e adolescentes, atinge todas as etnias e classes sociais sem discriminação.

Neste trabalho priorizamos a violência física perpetrada pelos pais contra seus filhos, sob o pretexto de educá-los, e a contribuição do assistente social no processo de rompimento da referida violência.

O recurso da força física é culturalmente aceito pela sociedade, inclusive a brasileira, ou seja, baseados na cultura (naturaliza o bater/agredir para educar), os pais entendem que estão legitimados e capacitados para perpetuar essa modalidade de violência. Não percebem que para uma convivência respeitosa é necessário a compreensão e não o medo. Outras vezes, tem consciência, porém acham mais fácil educar através da violência. O castigo físico aplicado a uma criança constitui ato de violência, com traumas significativos.

O interesse por esta temática, manifestou-se durante o estágio curricular obrigatório realizado no Programa Sentinela de Florianópolis<sup>1</sup>, mais especificamente na Equipe de Acompanhamento.

Chamou-nos a atenção o fato da criança/adolescente ser tratados como coisa/objeto, mesmo com os vários avanços da sociedade contemporânea. Um adulto agredir outro adulto é considerado delito, porém o mesmo nem sempre acontece quando um adulto agride uma

---

<sup>1</sup>Programa Sentinela situa-se na rua Rui Barbosa, nº677 (fundos) no bairro Agrônômica, Florianópolis – Santa Catarina.

criança/adolescente. Este fato fica evidenciado na comparação feita por Rosado (2005), quando afirma:

Basta comparar com a injúria real tipificada no Código Penal. Se uma pessoa for esbofeteada, com o objetivo de se atingir a sua honra, estará caracterizado o crime de injúria real, em que a violência física, ainda que moderada, constitui elemento objetivo do tipo penal.

Para uma sociedade efetivamente alicerçada na justiça, na liberdade, na democracia e na igualdade é necessário que todos os indivíduos sejam respeitados como sujeitos de direitos, inclusive os que compõem a faixa etária de zero a dezoito anos. Assim sendo, nenhuma criança e nenhum adolescente seria alvo de violência. A aplicação da agressão física estaria veementemente abolida (na legislação e na prática cotidiana) mesmo que a alegação para a utilização de tal, fosse para a educação. Educar por intermédio da violência é, seguramente, uma abominação, inconciliável com o estágio atual de desenvolvimento da sociedade.

A realização do trabalho foi possível por intermédio de pesquisa bibliográfica e da aplicação de questionário aplicado com os profissionais do Serviço Social da Equipe de Acompanhamento.

Este Trabalho de Conclusão de Curso estruturou-se em dois capítulos. No primeiro capítulo temos por finalidade apresentar um breve histórico das leis relacionadas à infância e a juventude brasileira. Abre-se, ainda, uma discussão acerca da política de atendimento, sob o prisma da Doutrina de Proteção Integral, para crianças e adolescentes vitimizados, destacando o serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no município de Florianópolis – Programa Sentinela. Em seguida, utilizando referenciais teóricos, explanaremos sobre a temática violência, e posteriormente sobre questões relacionadas à violência física.

O segundo capítulo aborda a pesquisa qualitativa realizada com os assistentes sociais da Equipe de Acompanhamento. Apresentaremos a metodologia da pesquisa, os objetivos geral e

específicos. Em seguida, analisa-se os depoimentos obtidos no questionário à luz dos conhecimentos teóricos.

Ao final são apresentados as considerações finais, as referências, o apêndice e os anexos.

## 1 BREVE HISTÓRICO DAS LEIS RELACIONADAS À INFÂNCIA E A JUVENTUDE BRASILEIRA

A primeira Carta Constitucional do Brasil foi outorgada em 1824, pelo monarca D. Pedro I. Neste documento, segundo Kaminski (2002, p. 16), nenhuma menção foi feita com relação “[...] aos menores, nem ao escravo, nem ao desassistido”.

Em 1830, surgiu a primeira legislação que mencionava o menor<sup>2</sup>. Esta citação foi publicada no Código Criminal do Império brasileiro. Cavallieri apud Kaminski (2002, p. 16) afirma que “[...] o menor teve seu ingresso no Direito através dos seus atos de delinquência. Não (sendo) a sua pobreza que o conduziu até aqui, mas sua conduta danosa: o (seu) castigo foi a idéia inicial; só depois o amparo”.

No final do século XIX<sup>3</sup>, a preocupação nacional girava em torno de um reordenamento sócio-político, conforme retrata a legislação da época em seu conteúdo. Segundo Rizzini (1995, p.110), “estávamos às voltas com o florescimento das idéias de identidade nacional, que dominarão o país a partir da passagem para o século XX”.

No início do século XX alguns passos são dados em direção a uma legislação destinada à criança e ao adolescente. Diversas leis foram promulgadas, visando regulamentar a situação da infância. Souza (1998, p.43), lembra que “nos enfáticos discursos dos políticos há duas preocupações: defender a criança e defender a sociedade da criança que passa a constituir problema de ordem pública”. Rizzini (1995, p. 114) ressalta que “[...] embora o debate ultrapassasse em muito os limites do jurídico, pois abraçou várias outras áreas<sup>4</sup> do conhecimento, a liderança era nitidamente jurídica [...] a infância foi nitidamente ‘judicializada’ neste período”.

---

<sup>2</sup> Menor: expressão jurídica, que foi naturalmente popularizada. Este termo perdurou até o fim do século XX. Contudo, ainda no século XXI há resquícios desse termo no sentido estigmatizante, ou seja, o termo menor está fortemente ligado aos Códigos de Menores – Doutrina da Situação Irregular, que abordaremos posteriormente.

<sup>3</sup> Com a chegada da República – e sua sentença Ordem e Progresso, é deixado claro que “o Estado tem que intervir no espaço social sempre que existisse situação causadora de desordem física ou moral” conforme relata KAMINSKI (2002, p. 20).

<sup>4</sup> Forças policiais, cruzadas médicas, política, associações filantrópicas, universidades, entre outras.



Em 1921, o então Presidente da República Epitácio Pessoa assinou a Lei nº 4.242, que em seu artigo 3º autoriza o governo a organizar os serviços de proteção e assistência à infância considerada abandonada e delinqüente.

A partir de então começou a se reconhecer a necessidade de uma atenção especializada destinada a criança e adolescente.

Foi promulgado, em 1923, o decreto que estabelecia a figura de um Juiz de Menores<sup>5</sup> na administração da justiça do Distrito Federal.

Após a instituição do Juiz de Menores discutiu-se também a necessidade da construção da legislação específica para a população infanto-juvenil.

## 1.1 Códigos de Menores

A consolidação das leis de assistência e proteção aos menores resultou no I Código de Menores<sup>6</sup> – também conhecido Código Mello Mattos, com seus 231 artigos, em 1927. Este código consolidou toda a legislação existente até então no que diz respeito à criança e ao adolescente. Rizzini (1995, p. 130) ressalta que:

A impressão que se tem é que através da lei em questão procurou-se cobrir um amplo espectro de situações envolvendo a infância e a juventude. Parece-nos que o legislador, ao propor a regulamentação de medidas “protectivas” e também assistenciais, enveredou por uma área social que ultrapassava em muito as fronteiras do jurídico. O que o impulsionava era “resolver” o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os menores, através de mecanismos de “tutela”, “guarda”, “vigilância”, “educação”, “preservação” e “reforma”.  
[...] A lei já estava constituída em seu conteúdo básico desde os decretos nº 4.242 de 1921 e nº 16.272 de 1923. Seu detalhamento provavelmente resultou da redação conjunta de vários juristas, ansiosos por elaborar uma lei mais completa possível.

---

<sup>5</sup>Consta que Mello Mattos foi o primeiro Juiz de Menores do Brasil e também da América Latina (RIZZINI, 1995).

<sup>6</sup>Esse código aponta significativo progresso no que diz respeito na regulamentação do trabalho infanto-juvenil.

Na era Vargas<sup>7</sup>, conforme afirma Souza (1998, p. 44) “[...] ocorreu um deslocamento da argumentação jurídica, para um enfoque mais contextualizado, no qual a situação da pobreza generalizada da população, começa a ser levada em conta”. Com isso, “seguiu-se um abrandamento das penalidades para menores e uma ênfase na assistência, através da criação de diversos órgãos<sup>8</sup> nacionais com representações estaduais e municipais”.

Nesta época criou-se um grande número de internatos, com o intuito de readaptar os “menores”, por ora considerados “delinquentes”.

O Código de 1927 adaptado aos novos tempos culminou, em outubro de 1979, na Lei nº 6.697 – II Código de Menores<sup>9</sup>. Esta lei configurou a chamada Doutrina da Situação Irregular. Sobre isso, Faleiros (apud SOUZA, 1998, p. 44) cita-nos que:

O código de 1979 define como situações irregulares a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus-tratos; por perigo moral em razão de exploração ou por encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim as condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância<sup>10</sup>.

O Código de 1979, assim como o anterior, não abrangeu todas as crianças. Esta lei compreendeu essencialmente, categorias depreciadas da sociedade, isto é, as consideradas inferiores – o pobre, abandonado, vítima e infrator. Foi uma legislação discriminatória, preocupando-se somente com aqueles que pudessem representar algum transtorno para a ordem pública. Conforme registrado por Cavallieri (1996 apud KAMINSKI, 2002, p. 31), quando fala que este Código:

<sup>7</sup> Período governado pelo então Presidente Getúlio Vargas, que teve início em 1937.

<sup>8</sup> Órgãos como: Serviço de Assistência a Menores (SAM), Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Departamento Nacional da Criança (DNCR).

<sup>9</sup> Para Marques apud Rizzini (1995, p. 158) o Código de Menores de 1979, em alguns aspectos, “representou um retrocesso de mais de cinquenta anos, tendo em vista o Código de 1927”. Ressalta ainda que o grande mérito dessa lei foi a manutenção da responsabilidade penal aos dezoito anos.

<sup>10</sup> Assistência – atendimento as necessidades essenciais; Proteção – preservação do bem-estar; e Vigilância – contra a ocorrência de riscos.

[...] Não foi uma lei de proteção genérica, isto é, dirigida a todos adolescentes e crianças brasileiros. Somando uma categoria às antes existentes, o novo código foi dirigido somente a três classes de menores: a) abandonados – material, intelectual e jurídico; b) vítima – de maus-tratos, em perigo moral, desassistidos e explorados; c) infratores – ou inadaptados.

Fazendo um recorte geral dos Códigos de Menores brasileiro, pode-se perceber que estes estão fortemente embasados por um prisma paternalista e tutelar. Kaminski (2002, p. 09) coloca que as políticas destinadas para a área infanto-juvenil, nesse período, eram “assistencialistas e compensatórias, desenvolvidas na forma da pura caridade, benevolência e filantropia”. Ressalta ainda que:

[...] A criança não era encarada como sujeito, como uma pessoa credora de direitos – devidos pela família, pela comunidade, pela sociedade e pelo Estado –, mas sim figurava numa posição passiva de objeto de interesses e de objeto de aplicação de medidas jurídicas e sociais. Isto é o que se pode observar verificando a história jurídica e social da criança, tratada apenas na classe pobre (abandonada, carente), ou quando em situação irregular (vítima, infratora). (KAMINSKI, 2002, p.10).

A população infanto-juvenil que se enquadrasse fora dos moldes esperados pela sociedade, colocando assim a ordem pública em ameaça era regida sob a Doutrina da Situação Irregular. Na verdade esta legislação trata da Situação Irregular referente à criança e ao adolescente, e não da situação irregular de seus responsáveis, ou seja, família, sociedade e Estado; atores sociais até então não responsabilizados pelo cenário no qual a infância e juventude brasileira encontravam-se.

Essa doutrina quando estava em vigor, foi sendo executada. Contudo, começou a ser percebido que a chamada Situação Irregular não dependia da criança e do adolescente, mas essencialmente do meio em que estes estão inseridos. A partir de então diversos segmentos da sociedade se mobilizaram para propor formas de trabalhar essa questão.

## 1.2 Um significativo passo na legislação brasileira: da Carta Cidadã ao Estatuto da Criança e do Adolescente

Um pouco mais de uma década se passou desde o decreto do II Código de Menores, quando se deu um grande passo para a nação, em especial à criança e ao adolescente brasileiro. A Constituição de 1988 foi promulgada, e nela enfim crianças e adolescentes foram reconhecidos como sujeitos de direito, como cidadãos. Chega ao fim (legalmente) a era da Situação Irregular, e firma alicerce a era da Proteção Integral.

A Doutrina de Proteção Integral<sup>11</sup> prima pelo interesse de todas as crianças e adolescentes, sem exceção. Prioriza viabilizar todos os meios para que esses seres se desenvolvam (fisicamente, mentalmente, moralmente, emocionalmente, socialmente, espiritualmente) em sua plenitude, usufruindo um ambiente sadio que propicie tal desenvolvimento em que seus anseios sejam supridos.

Mundialmente, ao longo do século XX, foram criados documentos de grande magnitude que paulatinamente foram edificando a Doutrina de Proteção Integral. Esses documentos são, principalmente, conforme pontua Veronese: a Declaração de Genebra (1924), a Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas (1948), Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), Convenção Americana de Direitos Humanos (1982), Regras de Beijing (1985), a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) e as Diretrizes de Riad (1990). Segundo Bobbio apud Veronese, os referidos “[...] documentos representam a base de um novo ordenamento jurídico de ‘natureza promocional do Direito’, não mais restrito apenas a ‘solução de conflitos’ [...]”.

De acordo com Caderno de Ação (1993, p. 09), foram vários os esforços para:

[...] Desmontar o estigma da criança e do adolescente minorizados; confrontar e ampliar radicalmente o pequeno espaço oferecido à criança nos planos governamentais e não governamentais; erradicar a idéia de criança valor de uso, valor de troca, de braços para o futuro e instituí-la como valor de hoje, enquanto sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, e por isso prioridade absoluta.

---

<sup>11</sup> Saraiva (1999 apud Kaminski 2002) coloca que o Brasil antecipou até mesmo a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada em 20 de novembro de 1989 – ONU, no tocante à adoção da Doutrina da Proteção Integral.

A criança e o adolescente, através da Doutrina de Proteção Integral, são reconhecidos como sujeitos portadores de direitos, tendo preferência de atendimento, prioridade absoluta, primazia nas políticas públicas e destinação de recursos. Essa nova ótica traz inúmeras inovações na política da atenção a população infanto-juvenil.

Essa conquista não se deu ao acaso, ao contrário, o país na década de 80 passava por um momento de redemocratização. Neste período várias foram as pressões para que o Brasil se constituísse um país democrático de direito, em que se primaria pela soberania nacional, pela cidadania, pela dignidade humana, dentre tantos outros direito e deveres que foram expressos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seus diversos artigos.

Azevedo e Guerra (2005, p. 297) nos lembram que a “[...] luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente [...]” esteve presente nesse processo, em que nosso país clamava pela redemocratização.

Para o presente trabalho, um artigo da Constituição em especial se destaca, o artigo 227, posto que é matéria constitucional de alta relevância, pelo fato de nos trazer um olhar de respeito com relação à criança e ao adolescente. Sendo que neste artigo está determinado que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Em 1990, para ratificar e regulamentar o artigo acima citado, é promulgada a Lei 8.069/90, também intitulada como Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo essa regulamentação ordinária indispensável para a real efetivação do princípio constitucional. Nessa lei foi revogado o Código de Menores e as demais disposições em contrário.

Essa legislação contempla todos os indivíduos até os dezoito anos incompletos de idade, em qualquer situação e sem discriminação.

A criança e o adolescente passam a ser percebidos legalmente como cidadãos, ou seja, como indivíduos creditados de todos os direitos intrínsecos a pessoa humana. São seres únicos,

que estão em fase peculiar de desenvolvimento e formação. Em seu artigo 3º, a Lei 8.069/90 dispõe que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A família, a comunidade, a sociedade e o Estado compartilham a responsabilidade por assegurar todos os direitos resguardados a criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente deixa claro essa decisão no artigo 4º, em que afirma:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A Lei 8.069/90 não focaliza somente a criança e o adolescente, pois pontua que os segmentos então citados tem o dever de salvaguardar o que dispõe a referida lei.

As instâncias família, comunidade, sociedade e o Poder Público, “[...] não hierarquizadas, devem interagir, simultaneamente em consonância com o escopo da lei e não podem ser entendidas como sequenciais, ou seja, uma entrar em cena apenas quando houver ‘falha’ da anterior” (SCHMICKLER; RECH; GOMES, 2003, p 78).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei transversal, isto é, atravessa todas as políticas setoriais públicas. É indispensável que esses setores estejam articulados entre si – saúde, esporte, cultura, educação, assistência social dentre outros – para que crianças e adolescentes usufruam plenamente o que lhes é de direito.

Também se faz necessário destacar nesta reflexão o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece, ainda em suas disposições preliminares, que indubitavelmente “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por



ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”. Estabelecendo pela Lei um sistema de garantia de direitos a partir de uma política de atendimento direcionada a crianças e adolescentes.

Para Veronese (1997, p. 46), “[...] o Estatuto da Criança e do Adolescente se constitui numa norma de extremo valor, pois significa a introdução na ordem jurídica de avanços que ocorreram na ordem social”. Destaca, também, que “o ECA ao substituir o Código de Menores, de 1979, introduz uma série de transformações na política de atendimento à infância e adolescência brasileira [...]”.

Um tema de relevância que será abarcado no próximo item refere-se justamente a política de atendimento destinada a crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

### **1.3 A política de atendimento, sob o prisma da Doutrina de Proteção Integral, para crianças e adolescentes vitimizados.**

Uma política empenhada com a defesa intransigente do direito estabelecido na ótica da Proteção Integral é, portanto comprometida, também, com a cultura da criança/adolescente portadora de direitos.

A Doutrina de Proteção Integral introduz a concepção de uma atuação eficaz para o atendimento à criança e ao adolescente, dando suporte para que os direitos desses sejam garantidos e resguardados. Contudo, muitas crianças e adolescentes tem seus direitos violados a todo momento no país e no mundo.

Conforme publicado no Caderno de Ação (1993, p. 15), há “[...] que se deixar de subestimar a lei e vê-la apenas no sentido legalista. É preciso usá-la como instrumento de sustentação de decisões e ações”. Esta publicação ainda afirma que:

O ECA não representa apenas uma “declaração de direitos”, mas a força da lei, que institui: mecanismos de exigibilidade, isto é normas que obrigam os responsáveis a cumprir suas determinações, definindo sanções ou punições aos que as violarem; instâncias responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, que serão acionadas quando necessário: Conselho

de Direitos<sup>12</sup>, Conselho tutelar<sup>13</sup>, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude. (CADERNO DE AÇÃO, 1993, p. 14).

O artigo 87 do Estatuto da Criança e do Adolescente constitui as linhas de ação da política de atendimento. Cabe ressaltar, que caso ocorra a violação do artigo 5º, o inciso III do artigo 87 garante “serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão”. Serviços esses principalmente designados pela administração pública, pressupondo a conjunção de esforços do governo nas atividades desenvolvidas em prol das crianças e dos adolescentes.

A inserção de famílias em programas ou projetos de acompanhamento constitui-se uma medida de proteção preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme Art. 98:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:  
I – por ação ou omissão da sociedade ou Estado;  
II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;  
III – em razão de sua conduta.

Quando verificado qualquer uma das situações previstas no artigo acima citado, a autoridade competente poderá determinar as medidas dispostas no inciso II (orientação, apoio e acompanhamento temporário) e IV (inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio a família, a criança e do adolescente) do Art. 101 da Lei 8.069/90.

Todos os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente até então citados, conforme lembrado por Gomes (2005, p. 15) guiam para “a determinação do acompanhamento familiar

<sup>12</sup> Conselho de Direitos são como canais de participação, legalizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa participação é representada por instâncias governamentais e da sociedade civil. Sendo os Conselhos de Direitos espaços para negociações, reivindicações e consolidação da efetiva participação fundamentada no processo de democratização.

<sup>13</sup> Conselho Tutelar é um órgão autônomo, permanente e não jurisdicional. Este órgão defende, promove e zela pelos direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sua criação, assim como os Conselhos de Direitos, é legalizado na Lei 8.069/90.



nos serviços de proteção para as vítimas de violência [...] e seus familiares, no âmbito da doutrina especial de proteção integral e das políticas de atendimento”.

A autora, ainda conceitua o termo acompanhamento familiar como sendo:

Um processo pelo qual os profissionais de diversas áreas atuam com a família que vivencia uma situação de violência [...] potencializando fatores de proteção e buscando reduzir fatores de risco, até o seu auto-gerenciamento sem incidência de violência (GOMES, 2005, p. 59).

Conforme preconizado no inciso I do artigo 88, que trata da “municipalização do atendimento”, o município de Florianópolis disponibiliza serviços de atendimento as crianças e adolescentes que tiverem os direitos resguardados no artigo 5º da Lei 8.069/90 violados. Sendo que municipalização, segundo publicação no Caderno de Ação (1993, p. 10) “[...] envolve necessariamente descentralização de competências e recursos, e um poder local vivo e extensivo”. Ressalta ainda, que “descentralização significa partilha efetiva de recursos, competências e poder entre as esferas de governo federal, estadual e municipal”.

Dentre os serviços de atendimento oferecidos em Florianópolis, está o Programa Sentinela, no qual obtivemos a oportunidade de estagiar.

#### **1.4 Serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no município de Florianópolis: Programa Sentinela**

No Brasil nem sempre a violência doméstica recebeu algum tipo de atenção. Azevedo e Guerra (2005, p. 297) nos trazem que foi “[...] mais especificamente em meados da década de 80 para frente” que essa questão começou a conquistar espaço para discussão. As autoras ainda colocam que:

[...] Foi possível desvelar a problemática da violência doméstica não só com experiências de trabalho mas com publicações de cunho acadêmico que procuraram enfatizar a sua existência em nosso meio. Tanto a sociedade civil quanto o Estado apresentaram suas propostas de intervenção na área. Pode-se dizer que aos poucos as experiências foram se ampliando timidamente,

algumas bem específicas em torno da questão, outras colocando-a tangencialmente. Na medida em que deram tais intervenções, pode-se pensar que houve um mínimo de interesse pela problemática.

O Programa Sentinela surge no cenário nacional em decorrência das diversas ações da sociedade empenhada a combater à violência e exploração sexual. Nesse contexto de lutas pela efetivação dos direitos da população infanto-juvenil, um fator que anunciava mudanças, segundo Gomes apud Cabral (2004, p. 49), foi a Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, “instaurada pela Câmara Federal em 1993, que mapeou a realidade de crianças e adolescentes exploradas sexualmente em diversos estados brasileiros”. Também ocorreram, estudos naquele período divulgando que “50% dos estupros sofridos por crianças e adolescentes eram incestuosos”, este diagnóstico demonstrou a transgressão existente no que condiz ao dever de proteção inerente à família, o que gerou o interesse para o enfrentamento da questão.

De acordo com Cabral (2004), a realização de seminários e congressos para debater esta temática, resultou na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil em junho de 2000, entrando assim para a agenda política do país. Através deste Plano, o governo, na época de Fernando Henrique Cardoso, criou o Programa de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual (PEVES), sendo denominado posteriormente de Programa Sentinela visando à proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual.

Naquela ocasião o Ministério da Previdência e Assistência Social apresentou, como uma de suas prioridades, através do Programa Sentinela, o desenvolvimento de ações sociais especializadas com equipe multidisciplinar para atendimento às crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual, proporcionando-lhes serviços que permitam construir, em um processo coletivo, a garantia de seus direitos fundamentais, o fortalecimento da auto-estima e o restabelecimento do direito à convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida.

Em outubro de 2000 o Programa Sentinela foi implantado em Florianópolis. As situações contempladas por este Programa têm como critério de atendimento que as crianças e adolescentes residam no município de Florianópolis.

No ano de 2005 a cidade de Florianópolis perpassa por alterações na gestão municipal, devido à mudança no governo. Esta mudança trouxe modificações na formatação e estruturação do Programa Sentinela e de outros programas de execuções em nível municipal.

Mesmo após sua nova formatação e estruturação, o Programa Sentinela mantém as três linhas de ação, que desde a sua implantação, foram propostas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social como prerrogativas. Essas linhas de ação são assim compostas:

- a prevenção – atuando na gestão do governo municipal anterior, através do denominado Projeto Mel. Por intermédio de palestras, oficinas e cursos, objetivava a prevenção primária, secundária e terciária de violência contra crianças e adolescentes.

Segundo Azevedo e Guerra, podemos classificar e conceituar prevenção como:

**primária:** toda as estratégias dirigidas ao conjunto da população num esforço para reduzir a incidência ou o índice de ocorrência de novos casos. As estratégias adotadas incluem, de modo geral, programas de pré-natal que abordem a temática e reforcem os vínculos pais-filhos; programas de treinamentos para pais em escolas (especialmente para adolescentes), campanhas pelos meios de comunicação, palestras, debates; **secundária:** envolve a identificação precoce da assim chamada ‘população de risco’. As estratégias incluem visita domiciliar para prover cuidados médico-sociais aos pais do ‘grupo de risco’, os ‘telefones de crise’ aos quais recorre em momentos difíceis, obtendo ajuda e encaminhamento especializado; recepção de auxílio material; programas de creches para crianças do ‘grupo de risco’; **terciária:** dirigida aos indivíduos que já são agressores ou vítimas no sentido de reduzir as conseqüências adversas do fenômeno ou evitar que o indivíduo sofra o processo de incapacidade permanente. As estratégias incluem intervenções terapêuticas de diversas modalidades e esforços para organizar infraestrutura para as vítimas.

- o atendimento/emergencial da denúncia – denominado Projeto Primeiro Atendimento - SOS Criança até o ano de 2004. Realizava o recebimento de denúncias, averiguava a situação, dava encaminhamentos emergenciais e fornecia diagnóstico psicossocial. Sendo que o referido diagnóstico era enviado ao Conselho Tutelar para que este órgão tomasse as medidas necessárias.

- o acompanhamento de famílias envolvidas em situação de violência física severa, violência e exploração sexual contra crianças/adolescentes – denominado Projeto Acorde na gestão municipal anterior.

O Projeto Acorde, *a priori*, foi elaborado pela própria equipe de profissionais designados a atuar no mesmo. Com relação aos Projetos Mel e Primeiro Atendimento havia sido aproveitado a estrutura já existente no município de Florianópolis.

Com a atual administração municipal, após ser realizado um levantamento de dados e avaliação, o Programa Sentinela foi submetido a algumas alterações. Algumas dessas mudanças podem ser percebidas como a interrupção do Projeto Mel, em janeiro de 2005, que será avaliado futuramente como descrito em um Relatório de Atividades elaborado pela atual coordenação do programa. Também foi interrompido o Projeto SOS Criança, permanecendo apenas com os recebimentos de denúncias realizadas pela população em geral (envolvendo crianças ou adolescente que estão com seus direitos ameaçados ou violados) através do telefone 08006431407, diretamente na sede ou por correspondência. Em seguida a denúncia é encaminhada ao Conselho Tutelar, que tem a atribuição de averiguar a procedência da mesma e tomar a medida cabível para cada situação.

Atualmente o Programa Sentinela de Florianópolis está estruturado da seguinte forma:

- Equipe de Assessoria Técnica ao Conselho Tutelar: objetiva colaborar tecnicamente com o Conselho Tutelar do município, visando a proteção integral trazida pela Lei 8.069/90, no atendimento de crianças ou adolescente vítimas de violência doméstica. Esta equipe é formada por assistentes sociais e psicólogas.
- Equipe de Apoio: atuação de um conjunto de profissionais que contribuem com a organização e a viabilização para efetivar o trabalho proposto pelo Programa. Esse conjunto de profissionais é formado por assistente administrativo, técnico administrativo, auxiliar administrativo, motoristas, digitadores e estagiário do curso Sistema de Informação.
- Equipe de Diagnóstico: esta equipe atua com o objetivo de elaborar diagnóstico psicossocial nas situações que envolvem violência doméstica contra crianças e adolescentes. O profissional responsável pelo acompanhamento da família - após minuciosa investigação social e averiguação dos fatores de risco e proteção que a criança ou adolescente se encontra - encaminha seu diagnóstico à Equipe de Acompanhamento e/ou a outro órgão que compõe a rede de proteção do município, emitindo em seu relatório um parecer psicossocial da situação encontrada. A Equipe de Diagnóstico é formada por assistentes sociais, psicólogas e estagiárias do curso de Serviço Social.

- Equipe de Trabalho em Rede: trabalha com a prevenção. Suas linhas de ação são a articulação inter-institucional, a capacitação técnica, e o atendimento psicossocial em grupo. O trabalho realizado por esta equipe pressupõe participação, geração e troca de conteúdos, conexão e interação dos diversos profissionais envolvidos (assistente social, pedagoga, assessora jurídica, educadora artística e psicóloga).

- Equipe de Acompanhamento: sua proposta é realizar acompanhamento psicossocial às famílias das crianças e/ou adolescentes vítimas de violência doméstica. Atua na potencialização de uma rede de apoio à criança e/ou adolescente vitimizado, bem como na defesa permanente dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Equipe de Acompanhamento é composta por assistentes sociais, psicólogas, estagiárias do Serviço Social e da Psicologia.

Esta última equipe será melhor compreendida ao longo desta pesquisa, já que foi neste espaço que desenvolvemos o tema a que este trabalho se propõe.

A Equipe de Acompanhamento, é o único serviço que realiza acompanhamento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica neste município, também com proposta de tratamento psicoterápico. Visando um acompanhamento psicossocial com toda a família, pois entende que a inserção da mesma é de extrema importância para a recuperação da vítima, valorizando a promoção de uma nova visão de infância e, resgate da cidadania de crianças e adolescentes vitimizados.

Um grupo interdisciplinar forma a Equipe de Acompanhamento. A atuação desta equipe busca contribuir no processo de conscientização dos responsáveis pelas crianças e adolescentes que os protejam, prevenindo assim a reincidência da situação de violência. Vale lembrar, que o atendimento sistemático psicossocial é disponibilizado a todas as partes: vítimas, agressores e familiares.

Os profissionais articulam a rede de atendimento e mobilizam os atores sociais que compõem o universo da criança e do adolescente. O acompanhamento almeja o resgate da auto-estima, da integridade e da dignidade, fortalecendo os vínculos de responsabilidade e comprometimento dos envolvidos. Buscam sensibilizar a família para a mudança de atitude (violadora), potencializando a defesa, promoção e proteção dos direitos destinados à criança e ao adolescente.



Para Gomes (2005, p. 54) o acompanhamento de famílias em programas ou projetos, é também “hoje uma das medidas de proteção que busca trabalhar com a demanda da violência”, bem como “apoiar, auxiliar e orientar a família a superar esse momento de crise, através da articulação de um sistema de garantias e de seus atores sociais inferidos no Estatuto, responsáveis por elaborar, controlar e avaliar políticas públicas”.

Conforme o artigo 98, sempre que os direitos reconhecidos na Lei 8.069/90 forem ameaçados ou violados, as medidas de proteção à criança e ao adolescente serão aplicadas. Lembrando que seus direitos podem ser ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; e/ou em razão de sua conduta.

Quando verificado qualquer uma das hipóteses previstas no artigo acima citado, a autoridade competente (Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude) poderá determinar, dentre outras medidas as dispostas no inciso II (orientação, apoio e acompanhamento temporário) e IV (inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio a família, a criança e do adolescente) do Art. 101 do Estatuto da Criança e do adolescente. Sendo a via de acesso dos usuários da Equipe de Acompanhamento os encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, por instituições que atendem diretamente crianças e adolescentes.

A manutenção financeira, do Programa Sentinela, é garantida através do governo federal e municipal. O governo federal destina recurso para a contratação de técnicos. Já o governo municipal fica encarregado de manter a estrutura física, manter alguns técnicos, além de outros gastos com recursos materiais. O Programa Sentinela é gerenciado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis<sup>14</sup>, através da Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social – Gerência da Criança e do Adolescente.

---

<sup>14</sup> Prefeitura Municipal de Florianópolis foi criada em 31/07/1726, segundo seu Colegiado ela tem como *missão*: **Permanente**: "Promover o bem-estar da gente Florianopolitana"; **Da Gestão Atual**: "Promover ações solidárias com a sociedade nos campos da saúde e desenvolvimento sócio-econômico, educação, cultura, lazer, transporte e Infra-estrutura urbana, visando o desenvolvimento sustentado em prol da qualidade de vida e cidadania das pessoas"; **Visão da Prefeitura**: "Ser o Município mais saudável do Brasil. Promover a satisfação das pessoas, através de ações e parcerias que garantam a vida com qualidade. Integrar, respeitar o servidor público como agente de transformação social" (Informação disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br>. Acesso em 15/04/2005).

Nesta Secretaria estão implantados programas e projetos focando a Política da Assistência Social, preconizando o Plano Municipal de Assistência Social. Vale lembrar que tais programa e projetos são administrados por suas respectivas gerências.

Em 2003 o Programa Sentinela, passou a ser programa de ação continuada, ou seja, existe um compromisso do país independentemente das mudanças de governo na continuidade dos trabalhos.

No século XX pode-se perceber significativo comprometimento com a população infanto-juvenil, inclusive no tocante a questão da violência doméstica.

Acerca dos princípios que apontam para a política social de atenção a violência doméstica perpetrada contra a população infanto-juvenil, vale destacar a afirmação de Azevedo e Guerra (2005, p. 318), que diz:

Dada a matriz doutrinária e a filiação legislativa, o Estatuto da Criança e do adolescente constitui hoje – não obstante algumas limitações – uma das legislações mais avançadas no nível mundial em termos de proteção dos direitos da criança. No que respeita à questão da vitimização doméstica de crianças e adolescentes, a leitura do estatuto fornece princípios capazes de orientar uma política social de prevenção e contenção do fenômeno em nosso país.

Ainda, segundo as autoras (1994, p. 27), a violência doméstica “é um dos vários tipos de violência que a Humanidade tem praticado contra crianças e adolescentes”, sendo esta prática mais uma forma de infringir os direitos da população infanto-juvenil.

#### **1.4.1 Abordando a temática violência**

A violência está presente em muitas civilizações. Não sendo este um fenômeno exclusivo da contemporaneidade. Pois, ao olharmos a história podemos verificar que a violência sempre esteve presente. De acordo com Figueiredo (2000, p. 01) “o termo ‘violência’ se origina do latim *violentia*, ato de violentar, constrangimento físico ou moral, ao qual se pode acrescentar a coação ou coerção psicológica”. A autora ainda coloca-nos que o homem

necessitando “adaptar-se aos constantes processos de transformação para a manutenção da sociedade num relativo estado de equilíbrio”, acaba recorrendo ao “emprego da força física ou agressividade para solucionar problemas”.

Dias e Rech (2004, p 02) citam que:

No mundo animal a violência é uma estratégia de defesa e ataque, condicionada por instinto de auto-proteção e sobrevivência. Nesse universo de violência se justifica como um “mal necessário”, que via de regra estabelece e cristaliza relações de poder... Valendo-se dos mesmos princípios do mundo animal o homem também utilizou-se da violência como meio de sobrevivência, contudo a evolução da humanidade trouxe a tona outros “poderes legítimos” que acabaram por fomentar as “várias violências” que vivenciamos hoje.

A literatura aponta como principais poderes o ECONÔMICO, o de GÊNERO e o ÉTNICO/RACIAL, os quais alimentam a violência estrutural, a social, a violência nos centros urbanos, e também no ambiente doméstico; este último é um palco onde todos os poderes citados acima estão presentes, e ainda outro se constrói, respaldado por uma legitimação histórica, - O ADULTOCENTRISMO (poder do adulto sobre as crianças).

De acordo com Schmickler (1998, p. 73 - 74), “o controle racional dos impulsos e atos agressivos, tem sido considerado, desde o século XVIII, como um dos sinônimos da civilização”. A utilização da violência reflete na sociedade com o uso exacerbado do poder, concomitantemente, com o desrespeito à vida, contribuindo para “[...] montar um cenário de grandes injustiças, de desigualdades, de desrespeito às diferenças. O homem parece mesmo ser o lobo do homem”.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano, ou degradante”.

Entretanto, a violência não tem fronteiras, acontece em diversos âmbitos, inclusive no familiar. Local este em que se constata altos índices de violência.

No ambiente doméstico, corriqueiramente crianças e adolescentes são vitimizados. Porém, conforme lembrado por Azevedo e Guerra (1994, p. 09), o assunto sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes foi tratado, por muito tempo (e continua sendo) como “assunto tabu”, um “assunto proibido”, pois ele deixa despida uma faceta da instituição família que todos preferíamos que não houvesse: a “face abusiva”.



O ambiente familiar pode ser um local em que as diferenças são transformadas em relações assimétricas de poder, ou seja, o “mais fraco” é considerado “coisa/objeto”. Este ambiente é proeminente para que ocorra a violência doméstica, pois:

- a) é atravessada por duas desigualdades básicas: gênero e geração, o que faz com que crianças/adolescentes, mulheres e velhos – enquanto fracos dentro da estrutura de poder familiar – sejam alvos preferenciais de abuso;
- b) é uma instituição privada, insulada em relação aos olhos e ouvidos do domínio público: onde privacidade é alta, o grau de controle social costuma ser baixo;
- c) seus membros – por força da duração e intensidade das interações cotidianas face a face – acabam tendo suas próprias fronteiras de intimidade franqueadas: força e vulnerabilidade, gostos e desgostos, amores e medos são todos conhecidos de todos os membros familiares e esse conhecimento pode ser usado como arma. (AZEVEDO E GUERRA, 1994, p. 09).

Souza (2000, p. 05) ressalta que o lar está “longe de ser um refúgio seguro [...] pode representar, muitas vezes, um risco à segurança física e emocional da criança. Muitas vezes, a família não dispõe de um repertório democrático para resolver conflitos [...]”. Quando isso ocorre são incorporadas pelas famílias práticas violentas como formas para resolverem os conflitos. Isso torna o ambiente de certos lares não propícios para uma convivência sadia, respeitosa e democrática.

A família, segundo Rosa e Tassara (2003, p. 36) “[...] é uma produção social que, tendo se apropriado das necessidades da natureza humana, tornou-se uma das mais poderosas instituições de controle da vida humana”. Ressaltando que Miotto (2003, p. 102), denomina como sendo família “núcleo de pessoas que convivem em um determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos”. Esse núcleo tem como função institucional a socialização, cuidado e proteção de seus membros. Encontra-se “dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido”. Ainda segundo a autora (1997, p. 117), a dinâmica familiar:

[...] Relacional estabelecida em cada família não é dada, mas é construída a partir de sua história e de negociações cotidianas que ocorrem internamente entre seus membros e externamente com o meio social mais amplo [...] É importante pontuar que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles

têm no contexto social nos quais estão inseridos. Sem dúvida nenhuma, as famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares, estão sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo. Em vez de tal política assegurar condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) de sustentação das famílias, ela vem desencadeando fontes geradoras de estresse familiar [...] a família pode ser vista como uma caixa de ressonância dos problemas e desafios deste final de século, que envolvem problema de ordem ética, econômica, política e social. Nesse sentido, tem sido um espaço de conflitos, ao enfrentar cotidianamente situações extremamente contraditórias, dentre as quais salientamos:

- o cumprimento de suas tarefas básicas (proteção e cuidado de seus membros, socialização primária de suas crianças) sem que tenha condições objetivas para tanto;
- o embate entre o projeto pessoal dos pais e o projeto familiar de cuidado do outro[...]

Muitas pessoas esperam que o ambiente doméstico seja um espaço voltado para a sustentabilidade da família, que nele seus membros recebam cuidado, proteção e referência social. No entanto, este também é um espaço em que encontramos situações que comprometem a qualidade das relações ou até mesmo da vida de seus membros.

Dentre os diversos conceitos existentes para definir violência doméstica, adotaremos aqui o elaborado por Azevedo e Guerra (1995, p. 36), que define tal violência como sendo:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes, segundo Azevedo e Guerra (1994), subdivide-se em algumas modalidades, sendo elas: violência física, violência sexual e violência psicológica.

Abordaremos, neste trabalho, especificamente a violência física utilizada pelos responsáveis de crianças e adolescentes, que argumentam se utilizarem desta modalidade de violência doméstica como recurso na educação de seus filhos.

#### 1.4.1.1 Questões relacionadas à violência física

A violência física é uma modalidade de violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos, sendo assim, tal violência é uma negação aos valores humanos, como a vida, a liberdade e a segurança. O artigo 15 e 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Cabe ressaltar, também, o artigo 17: o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

A violência contra crianças e adolescentes está presente em todas as classes sociais, podendo ser considerado, segundo Azevedo e Guerra (1994, p. 45), como sendo “virulentamente democrático”. Indépende de credos, etnias e classe social. Schmickler (1998, p. 78) afirma que “seria primário... pensar que só uma classe ou segmento da população é violento”. Entretanto, é importante lembrar que:

[...] A permeabilidade das fronteiras que resguardam a privacidade das famílias é proporcional a sua vulnerabilidade, ou seja, quanto mais pobre as famílias, mais denunciadas serão aos serviços de proteção e aos recursos educacionais e mais visitas receberão dos assistentes sociais. Enquanto isso, as demais famílias conseguirão manter seus destemperos longe dos olhos públicos. (SOUZA, 2000, p. 101).

Schmickler; Rech; Gomes (2003, p 77 - 78) nos revelam que estatisticamente “no Brasil não há dados oficiais que reflitam a verdadeira dimensão do fenômeno”. Um dos motivos é “o grande número de casos não denunciados e notificados”. Outro fator relevante é que “os profissionais não estão cientes da importância de diariamente enviar informações para um banco de dados (por mais simples que este seja)”. A carência de estatísticas “inviabiliza a análise do fenômeno e dificulta alinhar justificativas para a formulação de políticas públicas, bem como, obstaculiza a discussão sobre esse tipo de violência pelo conjunto da sociedade”.

Souza (2000, p. 05) afirma que geralmente o que irá tornar notória a ocorrência da violência contra crianças e adolescentes será sua “recorrência e grau de severidade”.

No ambiente doméstico há um significativo número de crianças e adolescentes vivendo em situações de vulnerabilidade, através das relações destrutivas que se estabelecem nas famílias. Dentre essas situações estão os atos agressivos que são praticados como métodos “eficazes” de educação, em que crianças e adolescentes vítimas são reconhecidas como objeto/propriedade. A violência corresponde uma transgressão do poder disciplinador e coercitivo do adulto contra crianças e adolescentes.

Outro dado importante é que “a mãe biológica tem sido apontada como principal agressora física, pois, de acordo com a estrutura da sociedade brasileira, cabe à mulher a educação dos filhos na maioria dos casos” (SILVA apud PATELLA, 2001, p.122).

Entende-se por violência física:

O uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou adolescente, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir esta criança ou adolescente, deixando ou não marcas evidentes. (DESLANDES, 2001, p. 12).

Atualmente, países como Suécia (1979), Finlândia (1983), Dinamarca (1985), Noruega (1987), e Áustria (1989), incluíram em suas legislações a proibição da violência física nas relações de pais e filhos. Esses países representam um avanço no que se refere a garantia dos direitos da população infanto-juvenil. Contudo, essa não é a realidade da grande maioria da população mundial.

Azevedo e Guerra (1994), trazem que a literatura é muito controvertida em termos de quais atos podem ser considerados violentos: desde a palmada até agressões com instrumentos (cinto, chinelo, escova de cabelo, cabide, madeira, entre outros).

No Brasil, conseguiu-se proibir (legalmente) apenas os denominados castigos imoderados e cruéis, através do artigo 136 do Código Penal de 1940, que proíbe:

Expor a perigo a vida ou saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, no ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa.

1º Ser do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

3º Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90 – também garante a segurança e proteção de crianças e adolescentes.

Entretanto, práticas violentas denominadas moderadas (tapa, palmada, entre outras) são aceitas pela sociedade que convive com elas sem questionar, pois as vêem como sendo um direito dos pais de utilizá-las, sendo que estes têm o dever de educar seus filhos. Recorrendo ao pretexto de educar, a violência física é aceita e referendada pela maioria da população.

Porém, há uma parcela da população que abomina a pedagogia violenta. Através das mobilizações de diversos atores sociais, muitas pessoas voltam-se para um educar pautado primordialmente no diálogo. Assim, alguns passos começam a ser dados para mudar a predominância da violência do cenário atual. Vale destacar aqui o Projeto de Lei nº 2.654/2003 da deputa federal Maria do Rosário, que pretende estabelecer como direito que nenhuma criança ou adolescente seja submetido “a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências” (ANEXO A – Projeto de Lei nº 2.654/2003).

Azevedo e Guerra (2001, p. 19) nos trazem que duas respostas são dadas ao nível do senso comum quando se questiona por que bater nos filho? Uma das respostas é a necessidade de “discipliná-los, isto é, para controlá-los, submetendo-os a uma certa ordem que convém ao funcionamento do grupo familiar ou da sociedade em geral”. Já a outra resposta apresentada é o castigo, que é praticado “para puni-los por faltas reais ou supostamente cometidas”. As autoras entendem que embora semelhante, a intenção parece ser diferente: preventiva, tratando de disciplinar, e punitiva para castigar.

De forma generalizada:

A violência doméstica com fins educativos não entra em conflito com os interesses sociais, pelo contrário [...] adquire um papel social essencial na sociedade capitalista ao adequar e treinar a submissão à autoridade dos pais, garantindo que os interesses da sociedade estejam sendo agenciados pelas

esferas de vida privada. (FOUCAULT, 1998 apud ROSA; TASSARA, 2003, p. 39).

As pessoas que são a favor da utilização da violência física como integrante para educar uma criança ou adolescente, consideram (conscientes ou inconscientes) o sofrimento físico essencial no processo de aprendizagem. Este recurso é uma prática de domesticação familiar e sinônimo de educação para a obediência à lei do adulto (AZEVEDO; GUERRA, 2001).

Mudar tal consciência é algo que exige muito trabalho, pois uma grande parcela da sociedade (educadores, pais, intelectuais, parlamentares, entre tantos outros atores sociais) recorre à violência física para estabelecer limites/educar ou então aceita, acha tolerável a utilização de tal modalidade de violência.

Neste capítulo realizamos um breve resgate do histórico da legislação direcionada a criança e ao adolescente no Brasil. Podemos perceber nessa trajetória que passos importantes foram dados, dentre eles a atenção voltada a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes (mesmo que ainda não seja dispensada a essa questão toda relevância que ela demanda). No próximo item iremos apresentar a pesquisa que realizamos junto aos profissionais do Serviço Social da Equipe de Acompanhamento do Programa Sentinela – Florianópolis.



## **2 VERBOS DIVERGENTES NO AMBIENTE FAMILIAR: EDUCAR X AGREDIR**

A presente pesquisa foi realizada no Programa Sentinela de Florianópolis – Equipe de Acompanhamento, no período de agosto a março de 2006.

Entre os meses de fevereiro a julho de 2005, elaboramos projeto de estágio que tinha por finalidade atender a uma das etapas do processo ensino-aprendizagem da disciplina Estágio Curricular Obrigatório oferecida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse período, além das atividades intrínsecas ao processo de trabalho do Serviço Social na instituição, tínhamos a pretensão de realizar um trabalho mais focado na orientação sócio-educativa, contra a utilização da violência física, junto a algumas famílias que estavam inseridas para atendimento na Equipe de Acompanhamento.

Durante o estágio tal tema nos motivou pelo fato de tantas pessoas ainda tolerarem e até mesmo aceitarem o uso da força física como um integrante do processo de educar crianças e adolescentes. Azevedo e Guerra (2005, p. 298) ressaltam que:

Na entrada dos anos 90 os programas voltam-se bastante para a área da violência sexual, reduzindo-se o interesse pela problemática da violência física. Uma das hipóteses talvez seja a de que esse tipo de violência leva a uma indignação maior aos cidadãos, a uma repulsa mais acentuada. Talvez a violência física, que lida com questões específicas de autoridade no lar, traga à tona questões relativas a essa autoridade que não vale a pena debater [...] Ou ainda, a tolerância para esse tipo de violência talvez seja maior.

O Programa Sentinela de Florianópolis – Equipe de Acompanhamento, além de trabalhar com a violência sexual, também atua com a questão relacionada a violência física severa perpetrada contra crianças e adolescentes. Podemos com isso presenciar a atuação de assistentes sociais contribuindo no processo de rompimento da violência física na relação de pais e filhos.

Decorrente dessa atuação do profissional do Serviço Social elaboramos, para serem contemplados neste trabalho objetivos geral e específicos.

## **2.1 Objetivo Geral**

Conhecer a atuação do assistente social, no que diz respeito a sua contribuição no processo de rompimento da violência física doméstica perpetrada contra crianças e adolescentes, sob o pretexto de educá-los.

## **2.2 Objetivos Específicos**

- Verificar a forma de intervenção dos profissionais de Serviço Social para abordar o tema violência física doméstica.
- Identificar, sob o ponto de vista dos profissionais, quais as consequências da violência física doméstica para as crianças e adolescentes vitimizados.
- Constatar quais as estratégias para o atendimento desta demanda.
- Conhecer quais as expectativas profissionais frente as situações que envolvem a violência física doméstica contra crianças e adolescentes.
- Apurar os resultados do trabalho de intervenção, segundo os profissionais que realizam o atendimento.

## **2.3 Metodologia da pesquisa**

Para alcançarmos os objetivos propostos na pesquisa utilizamos alguns instrumentos para coleta de dados.

Primeiramente realizamos pesquisa bibliográfica, objetivando fazer uma coleta de referenciais teóricos referente à temática abordada.



Foi fundamental, a busca de referenciais teóricos pertinentes ao tema abordado nesta pesquisa. Para Bruyne et al. (1982, p. 102) a teoria dá um quadro “coerente dos fatos conhecidos, indicam como são organizados e estruturados, explicam-nos, prevêm-nos e fornecem, assim, pontos de referência para a observação de novos fatos”.

Elaboramos questionário com questões relacionadas à temática (APÊNDICE – Questionário aplicado para coleta de dados). Este foi aplicado com os assistentes sociais que compõe o quadro de funcionários do Programa Sentinela de Florianópolis – Equipe de Acompanhamento, no período de agosto a novembro de 2005.

Optamos pela aplicação do questionário pelo fator tempo. Por ter conhecimento das diversas atividades (visitas, relatórios, relatos, abordagens, reuniões, entre outras atividades) desenvolvidas pelos assistentes sociais diariamente, elegemos como um facilitador para a pesquisa a aplicação de questionário, pois entregávamos para o profissional o formulário com as questões e ele decidia dentro do seu horário, qual seria o melhor momento para responder aos questionamentos levantados.

Acerca do procedimento utilizado para realizar a presente pesquisa, Gil (1999, p. 129) coloca que a aplicação de questionário, enquanto instrumento para coleta de dados, pode ser definida como uma: “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

O questionário utilizado nesta pesquisa foi com questões abertas. Ainda para o autor, (1999, p. 131) “nas questões abertas, apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição”.

A limitação que nos foi apresentada com a utilização do questionário enquanto técnica de pesquisa foi que impediu auxílio ao entrevistado quando este não entendeu corretamente a pergunta.

Outro fator que limita a pesquisa através de questionário, é que este instrumento não oferece a garantia que todas as pessoas envolvidas tenham a possibilidade de responder e devolver o questionário devidamente preenchido. Exemplo disso ocorreu conosco, sendo que o questionário foi entregue a todos os assistentes sociais que compõem o quadro de funcionários da Equipe de Acompanhamento; totalizando 08 questionários entregues, entretanto nos foram devolvidos e devidamente respondidos 06. As respostas dadas por estes profissionais serão

apresentadas ao longo deste trabalho, contribuindo para o esclarecimento de algumas questões pertinentes ao tema abordado.

Entendemos que a pesquisa realizada caracteriza-se como exploratória, e de natureza qualitativa. Segundo Gil (1999, p. 43), a pesquisa exploratória visa: “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias [...] Pesquisa exploratória são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

## 2.4 Tudo em nome da educação (?)

Para existir uma convivência harmoniosa e minimizar conflitos a sociedade estipula algumas regras e normas. Limites são estabelecidos nas mais diferentes culturas. Sendo que, entendemos como cultura um conjunto de símbolos que são compartilhados por um grupo social. De acordo com Braga (2002, p. 23), “as normas e valores do grupo social são assimilados pelo indivíduo através do processo ensino-aprendizagem”.

Ainda, segundo o autor, “processo cultural socializa e humaniza o indivíduo através da língua, da moral, dos costumes, da religião, das técnicas, das artes, da política etc”, sendo o ser humano “alguém essencialmente social, capaz de adquirir, criar e perpetuar cultura”.

Decorrente da aplicação do questionário, obtivemos algumas colocações a respeito do que os assistentes sociais<sup>15</sup> (ANEXO B – Respostas do questionário na íntegra) entendem por limite. Alguns destacaram que:

É o substrato de educação que nos situa no mundo – enquanto ser e estar. (Assistente Social A).

É uma linha divisória construída socialmente determinada por aspectos aceitos por um grupo. (Assistente Social C).

[...] Regras e normas pré-estabelecidas na sociedade para uma convivência harmoniosa. O aprendizado do certo e do errado, bem como o respeito aos aspectos existentes entre os indivíduos. (Assistente Social E).

---

<sup>15</sup> A identidade dos profissionais envolvidos na pesquisa será preservada.

Conforme Ximenes (2000, p. 582), limite pode significar “linha de demarcação [...] ponto que não se deve ou não se pode ultrapassar”.

Segundo Hobbes (apud BRAGA, 2002, p. 23), “para haver relações entre os seres humanos, é preciso haver regras, e as pessoas precisam ser capazes de supor que, de modo geral, essas regras serão cumpridas”.

O limite é extremamente importante em qualquer relação interpessoal. Qualquer relacionamento que considera indispensável regra e respeito, possivelmente propiciará convivência em que direitos não serão violados.

Já que para haver convívio harmonioso entre os indivíduos é imprescindível o estabelecimento de limites, a relação entre pais e filhos não foge a essa regra. Quando os assistentes sociais foram questionados sobre limite enquanto integrante no processo educativo dos filhos, estes relataram:

[...] Regras apresentadas pelos pais e/ou sociedade para nortear a educação dos filhos. Por mais que sejam adaptadas a cada realidade, existem preceitos básicos a serem seguidos. (Assistente Social C).

Vejo três maneiras. A primeira refere-se aos pais que não conseguem exercer sua autoridade, tornam-se coercitivos e agressivos e entendem que somente conseguiram a almejada obediência através da imposição física e psicológica. A segunda refere-se aos pais permissivos, amedrontados, enfraquecidos que acabam perdendo a autoridade para os filhos e estes assumem papéis invertidos. A terceira refere-se aos pais que atingiram o patamar ideal, ou seja, aqueles que exercem a autoridade através de seus exemplos firmes e afetivos ao mesmo tempo. Entendo que o limite na questão educativa está no respeito ao direito dos pais, desde que estes sejam responsáveis pelos seus atos e busquem no diálogo a solução dos conflitos, e no direito dos filhos respeitando seu estágio peculiar de desenvolvimento, seus anseios e necessidades materiais e afetivas. (Assistente Social D).

[...] Famílias violentas, os pais extrapolam seus limites, invadindo os limites dos seus filhos que também são pessoas. São guardiões e não posseiros dos filhos [...] Importante destacar que um processo educativo deveria iniciar com um projeto de vida, mas de fato muitas pessoas têm filhos sem projeto algum. E pior, “educam” na base do “aqui e agora”, sem maiores preocupações com produtos finais: “construir” pessoas. (Assistente Social A).

Conforme exposto por Reis (apud ROSA; TASSARA, 2003, p. 37), a família desempenha papel de organizar a vida de seus membros, permitindo que a ideologia dominante

seja transformada “em uma visão de mundo, em um código de condutas e de valores que serão assumidos mais tarde pelos indivíduos”.

Para Braga (2002, p. 23) a família integra uma das principais agências de controle social; denominando controle social como um “mecanismo que a sociedade utiliza, para que as pessoas possam conviver umas com as outras”.

A sociedade brasileira legalmente constitui como sendo dever da família educar seus membros menores de idade. A Lei nº 10.406 de 10/01/02 – Novo Código Civil, artigo 1634 deixa claro na sua redação que é competência dos “pais, quanto à pessoa dos filhos menores: I. dirigir-lhes a criação e **educação**”. O referido artigo é ratificado no artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para Gerardi (2000, p.73) “educação não se resume ao aprendizado e à escolarização, ter educação não significa ter em mãos um diploma escolar. Educação é também sinônimo de aquisição de cultura, de conhecimento, de socialização e relacionamento [...]”. A sociedade incumbe a família o papel de enviar, para o convívio social, pessoas capazes de se relacionar, se socializar educadamente, ou seja, que essas crianças e adolescentes sejam preparadas para respeitarem as regras e normas pré-estabelecidas culturalmente por esta sociedade.

Ainda, no artigo 1634 do Novo Código Civil, inciso VII, cabe aos pais exigir dos filhos menores de idade “**obediência**, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição”.

Em nome da **educação** (estabelecida pela sociedade e legalmente delegada a família), pais cobram de seus filhos **obediência**. Obediência esta muitas vezes exigida pelos pais a qualquer custo, podendo ser adquirida, até mesmo, através da violência considerada moderada (palmada, tapa pedagógico, chinelada...) ou então da violência denominada imoderada (surras ocasionando lesões, espancamento...).

Schmickler; Rech; Gomes (2003, p. 77) pontuam que “o castigo físico... costuma ser justificado para o ‘bem dos filhos’, e é esperado dos pais que intentam educar para, supostamente, criar adultos honestos, trabalhadores, de caráter”.

Este fato se confirma nos relatos dos assistentes sociais, quando nos trazem os motivos alegado pelos pais que batem em seus filhos:

[...] A alegação mais freqüente é relacionada a educação. Costumeiramente ouvimos: “bato para que ele seja uma criança educada. Meus pais me batiam e hoje sou alguém de bem”. (Assistente Social D).

[...] Utiliza a punição e o disciplinamento físico alegando que quando crianças também apanharam e continuam os mesmos. Ponderamos que essa atitude expressa a reprodução da única forma de educação conhecida por eles [...] (Assistente Social E).

[...] Não sabem reprimir seus filhos sem o recurso da força física. Que quando crianças também foram reprimidos desta forma. Que dar palmada ou uma “surra” não faz mal. (Assistente Social B).

[...] Quando eram crianças apanharam e nem por isso morreram. Hoje os filhos não obedecem de tanta proteção que os programas dão as crianças e adolescentes. (Assistente Social F).

Os profissionais da Equipe de Acompanhamento trabalham ponderando os diversos elementos que desencadeiam a violência, que podem ser sócio-econômicos, culturais, psicológicos, além de psiquiátricos. Outro fator de grande relevância é a biografia familiar dos pais, visto que é grande a probabilidade destes reproduzirem, em sua família, os valores de sua história de vida, quando não há uma elaboração do que foi vivenciado.

Na contemporaneidade, com os avanços do sistema de produção capitalista, que conflagrou as desigualdades sociais, surgiram também outros fatores, como o estresse, que pode colaborar para a conjuntura de violência, mais especificamente da violência física.

Mioto (2003, p. 101) expõe que “a violência doméstica é um fenômeno multicondicionado, em cuja dinâmica estão articulados aspectos sociais, econômicos, políticos, psicológicos, culturais”<sup>16</sup>. A autora afirma como sendo imprescindível no processo de intervenção profissional, o reconhecimento da “complexidade do objeto de trabalho numa perspectiva de totalidade”.

O recurso físico foi e é muito utilizado pela denominada “pedagogia despótica”. A obediência aos pais é regra fundamental desta educação. Podemos verificar essa prática educacional, através do exemplo descrito por Sulzer (apud MILLER, 1985 apud MARTINS 1997, p. 13):

---

<sup>16</sup> “Estudos de diferentes áreas mostram que a violência que ocorre nos centros urbanos e no ambiente familiar é potencializada por vários fatores de ordem social como a pobreza, o desemprego, a exclusão, o consumo e tráfico de drogas, o alcoolismo, as aglomerações urbanas etc”. (SCHMICKLER, 1998, p. 73).



[...] Se as crianças se dão conta de que com suas zanga e gritos impõem sua vontade, não deixarão de recorrer, vez por outra, aos mesmos métodos até que, no final, acabarão sendo os amos de seus pais e babás e desenvolverão um mau caráter obstinado e insuportável com que torturarão enquanto vivem a seus pais, como merecida recompensa pela boa educação recebida. Mas se os pais têm a sorte de neutralizar a teimosia, desde o primeiro momento, mediante sérias reprimendas e distribuindo golpes com vara, obterão crianças obedientes, doces e boas, às quais logo poderão oferecer uma boa educação [...] Esses primeiros anos apresentam entre outras, a vantagem de que podemos empregar a violência e a coerção.

Há cerca de 250 anos atrás esse pedagogo demonstrou uma proposta de autoridade incontestável de pais e filhos. Atualmente alguns escritores, tais como Tiba (1996), são favoráveis à utilização da força física para fazer com que filhos obedeçam a seus pais.

Segundo Foucault (1977) e Donzelot (1986) (apud SOUZA, 2000, p. 05), “[...] o espaço familiar se vê retratado como um pequeno tribunal que penaliza violações de regras da exacerbação da coerção, distanciando-se da perspectiva pedagógica que deveria orientar o processo de formação e desenvolvimento da criança”.

A violência denominada moderada ainda é tolerada e reproduzida por ser culturalmente aceita e banalizada no país (por enquanto), já a violência imoderada é recriminada, pois quem a pratica pode e deve ser condenado, conforme o artigo 136 do Código Penal Brasileiro.

O recurso da força física, muitas vezes, traz resultados imediatos, bem como conseqüências que, geralmente, não são levadas em consideração por quem emprega a força física.

A violência física, mesmo sendo utilizado pelos pais sob o pretexto de estarem educando seus filhos, acarreta graves conseqüências em crianças e adolescentes. Todos os profissionais pontuaram conseqüências oriundas da violência física ao serem questionados, destacaram:

As conseqüências mais gritantes são de ordem psicológica onde as vítimas tornam-se inseguras, apáticas com tendências depressivas, ou então, ao contrário, as vítimas tornam-se extremamente agressivas, partem para distúrbios de conduta e tendem com isso a reproduzir a violência sofrida (é o chamado ciclo da violência, conforme Azevedo e Guerra). (Assistente Social D).

As conseqüências são muitas e variáveis de pessoa a pessoa: as principais estão ligadas a fazer a pessoa pensar que o adulto é o amo, que ele pode bater, que está acima da lei, que o maior come o menor, que ele é o dono do seu corpo. E este aprendizado funesto acontecerá, e ele irá se vingar no menor que ele: nos irmão, no cachorro ou mesmo nos filhos. O culto a práticas violentas também ocorre: rinha de galos, briga de cães, associação a gangues, bullying<sup>17</sup>. (Assistente Social A).

Crianças ou adolescentes com baixa-estima, agressivos, hiperativos, dificuldades de obedecer limites, dificuldade de aprendizagem [...] (Assistente Social B).

Alguns profissionais ainda ressaltaram como conseqüência: pouca sociabilidade, rebeldia, sentimento de raiva, afastamento do lar, situação de rua, vulnerabilidade, exposição as diversas situações de risco e drogadição.

Segundo Patella et al. (2001, p. 116), “as agressões, principalmente físicas, colaboram para o desenvolvimento de patologias psiquiátricas ligadas às áreas da socialização, cognição e formação de personalidade”, podendo também essas crianças e adolescentes vitimizadas perderem “seus vínculos afetivos e tornam-se adultos agressivos e pouco cuidadosos, o que potencializa cada vez mais a violência”.

Há também as conseqüências orgânicas, que se caracteriza com “lesões abdominais, oculares, de fratura dos membros e/ou crânio, queimaduras, ferimentos diversos, enfim que poderão causar invalidez permanente ou temporária”, além de poder chegar ao extremo provocando a morte da vítima – também conhecida como violência fatal (CENTRO CRESCER..., 1999, p. 22). “A violência contra crianças e adolescentes é uma realidade inegável, sendo responsável por altas taxas de mortalidade e morbidade” (BRASIL, 2002, p. 05).

---

<sup>17</sup> De acordo com ABRAPIA, o termo BULLYING compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro (s), causando dor e angústia, executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima (ABRAPIA, informação disponível em: <http://www.bullying.com.br/Bconceituacao21.htm>. Acesso em 09/03/2006).



A dor e o dano podem variar dependendo da intensidade, frequência e forma da agressão. A violência física provoca consequências “no corpo e no comportamento da criança e do adolescente” (DIAS; RECH, 2004, p. 06).

Azevedo e Guerra (2002, p. 45 - 63) se colocam contra “à palmada limitadora”, se posicionam a favor do limite que for construído “conjuntamente por pais e filhos”, também esclarecem a forma como o limite deve ser integrado na relação pais e filhos:

Limites impostos de fora não favorecem autonomia.

O limite é fundamental, mas ele deve ser autoconstruído sem violência, com participação e responsabilidade.

Pais e filhos precisam construir as regras de vida em comum em casa [...] Isso porque esses pais, muito provavelmente, pretendem educar filhos para a autodisciplina e não para a obediência a qualquer preço.

São pais que, possivelmente, não têm medo de perder a autoridade, pois não confundem esta com autoritarismo barato.

São pais conscientes de que, em educação de crianças e adolescentes, mais importante do que estabelecer limites ou “compreender o outro”, é construir valores e transforma-los em normas compartilhadas.

Os assistentes sociais ao serem questionados sobre quais as alternativas educativas na relação pais e filhos, que eles enquanto profissionais de um programa de proteção à criança e ao adolescente, propõem, quando atendem uma família em que há criança e/ou adolescente vitimizado, responderam:

Que os pais busquem tempo para estarem mais próximos de seus filhos através do diálogo, conhecendo os amigos deles, mostrando-se preocupados com seus gostos e expectativas de vida, apoiando-os nos obstáculos que a vida prega, sendo mais tolerantes e revendo conceitos de família e mudando histórias de fracasso na educação que receberam, de quando eram crianças, o que gostavam que seus pais fizessem para eles entre outras coisas. (Assistente Social E).

Em primeiro lugar, mostrar a esse pai ou mãe que a criança e o adolescente é protegido por Lei (ECA) de qualquer tipo de agressão que venha lhe trazer dano ao seu desenvolvimento. Em segundo lugar, mostrar as consequências da situação que seu filho vem sofrendo e que poderá sofrer com essa atitude. Propondo aos pais outras formas de controlar o comportamento dos filhos, através do diálogo, carinho e atenção. (Assistente Social B).

Variam a cada caso: a idéia é você tentar construir um “mapa da violência” de cada família, ver quais são os intervenientes internos e externos e propor “antídotos” para ele.

Aprender a se conhecer, a lidar com sua raiva, planejar o número de filhos, envolver outras instituições ou familiares nos momentos de crise são algumas das alternativas.

Fazer os pais conhecerem seus filhos, respeitarem conversarem muito com eles também ajuda [...] FICAR SEMPRE DO LADO DA CRIANÇA faz o adulto valorizá-la [...]. (Assistente Social A).

De acordo com Azevedo é Guerra (2002), são diversas as forma que os pais podem educar seus filhos, sem terem que recorrer a violência, dentre elas estão: através de recompensas, motivar os filhos a atuarem de forma positiva; coloca-los de castigo (por exemplo: em seu quarto); através do diálogo apontar o que estão fazendo errado.

Pontes (2000, p. 43 - 49), destaca que o Serviço Social:

[...] Caracteriza-se por ser uma profissão interventiva. Por isso, necessita, além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional [...] O melhor conhecimento da realidade, reorientado à intervenção profissional, é uma efetiva forma de resistência a barbárie, que também fortalece o projeto de emancipação humana.

O objeto de intervenção do assistente social na Equipe de Acompanhamento do Programa Sentinela, compreende crianças e adolescentes em condição de risco. O trabalho deste profissional e do psicólogo soma esforços para que suas ações proporcionem a construção da resiliência<sup>18</sup> da criança/adolescente vitimizado, proporcionando-lhe o resgate da auto-estima e da autoconfiança.

O artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/93, coloca como um dos objetivos da assistência social: “I – a proteção à família, à maternidade, à **infância**, à **adolescência** e à velhice” (Grifo nosso).

<sup>18</sup> “Na Física, há muito se tinha percebido que determinados materiais possuem uma propriedade elástica: sob pressão, alteram suas formas e, cessadas aquelas, retornem à sua condição original. É a resiliência. Na psicologia, pôde ser observado que as pessoas, ao passarem por adversidades, não apenas apresentam comportamentos diferentes, mas algumas delas demonstram capacidade de resistir a situação de forte estresse sem apresentar danos perceptíveis, mesmo após décadas de acompanhamento”. (ZOMIGNANI, 2002, p. 30).

O acompanhamento familiar não se restringe apenas as atividades desenvolvidas dentro da sede do Programa Sentinela, ou seja, o profissional envolvido com a família, necessita estar em contato com a realidade do usuário, ou seja, na sua residência ou em qualquer outro ambiente freqüentado por ele.

A partir de estágio regular, percebemos que o assistente social desenvolve as seguintes atividades na Equipe de Acompanhamento:

- Realiza acompanhamento técnico às famílias, quanto à educação, saúde física/psicológica e seguridade social, além de procedimentos policiais e judiciais relacionados às situações decorrentes da violência;
- Articula, estabelece e potencializa redes de apoio;
- Viabiliza recursos materiais para dar suporte ao trabalho que será realizado (vale transporte, cesta básica, material escolar e medicamento, quando necessário);
- Encaminhamentos que supram a necessidade do usuário;
- Relatório informativo/situacional aos órgãos competentes, da família em tela;
- Analisa e estuda o ambiente familiar que a criança/adolescente está inserida;
- Adota enfrentamento ético e político referente à questão da violência contra crianças e adolescentes;
- Mantém processo avaliativo contínuo dos casos atendidos e desempenho do Programa.

Como resposta às demandas a que é solicitado, o assistente social dispõe de um arsenal de instrumentais técnicos operativos inerentes a profissão, tais como: observação, entrevistas, visitas domiciliares/institucionais, estudos e pareceres sociais, entre outros.

Os assistentes sociais trabalham com as famílias orientando-as, no sentido de potencializá-las para que percebam as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90.

Silva (2000, p. 114) afirma que “a socialização das informações [...] é uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania”.

Segundo Iamamoto apud Vasconcelos (2000, p. 132), a atuação do profissional do Serviço Social exige “capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho

criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano – um profissional propositivo e não só executivo”.

Os profissionais de Serviço Social utilizam algumas estratégias para trabalhar as questões culturais relacionadas à educação de crianças e adolescentes no ambiente familiar. Quando questionados quais essas estratégias, estes nos colocaram que:

[...] Procuro respeitar a cultura de cada família trabalhada. Porém, procuro orientar as pessoas no sentido de ultrapassar os costumes relacionados a maneira violenta de educar os filhos e procurar alternativas de convívio familiar. Procuro também “desmistificar” conceitos como machismo, patriarcalismo, adultocentrismo, entre outros geradores e cultuadores da violência. (Assistente Social D).

Mostrar exemplos positivos de relações pautadas em outras formas educativas que não a violência física, refletir se esta prática é adequada, se funciona [...] (Assistente Social E).

A estratégia é desenvolvida com as famílias através da equipe interdisciplinar. Que irá trabalhar dando orientações de como educar sem violência (avaliação da situação – encaminhamento). (Assistente Social B).

É necessário trilhar caminhos para a edificação de uma cultura que incontestavelmente abomine e resista a toda forma de abuso, opressão ou tirania.

Para Abreu (2002, p. 216), “a função pedagógica do assistente social vincula-se à capacitação, mobilização e participação [...], mediante, fundamentalmente, processo de reflexão [...]”, sendo a ideologia e a linguagem eixos centrais no processo de uma nova cultura.

Na sua atuação o assistente social desempenha incontestável função educativa. Cardoso e Maciel (2000, p. 142) ressaltam que a função educativa:

Caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividade e normas de conduta, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura [...] a prática dos assistentes sociais [...] servem de suporte a uma determinada direção intelectual e moral. Esta função vincula, portanto, a prática do assistente social à cultura de um determinado projeto de hegemonia.

O projeto profissional do assistente social deve ser comprometido com uma cultura não violenta, já que todas as ações desempenhadas por este profissional devem orientar-se pelo Código de Ética Profissional (1993)<sup>19</sup>, sendo um dos seus princípios fundamentais a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”. Cabe então ao profissional contribuir para que a pedagogia violenta seja ultrapassada, pois esta é extremamente baseada na cultura autoritária e assimétrica. Para Rios (apud NUNES, 2004, p. 71), “não basta levar em conta o saber, sobretudo é preciso querer e ter a percepção do dever”.

De acordo com Vasconcelos (2000, p. 133), a atuação do profissional do Serviço Social:

Centra-se no levantamento de questões a partir das demandas e manifestações dos usuários, procurando eliminar resistência à reflexão, apontando contradições e preconceitos [...] a partir de estratégias e ações pertinentes, contribuir para a construção de novas relações sociais, instituídas sob novas bases que não a exploração e a **dominação**. (Grifo nosso).

Na sua intervenção o profissional almeja metas, e cria expectativas. Trabalhando com a temática da violência física contra crianças e adolescentes não é diferente. Podemos exemplificar com os depoimentos dos assistentes sociais quando questionados sobre quais eram suas expectativas ao intervir na dinâmica de uma família em que crianças e/ou adolescente são vítimas de violência física doméstica, eles nos relataram que:

Baixas expectativas por vários motivos: IMPUNIDADE é o maior deles. Quando não há criminalização das violências a pessoa entende que socialmente não há reprovação. Assim, não há modificação da cultura de violência.

Outros intervenientes são as esparsas e quase inexistentes campanhas educativas que podem auxiliar as pessoas a introduzir em suas rotinas outras práticas que não o uso da violência [...] (Assistente Social A).

Minha expectativa é sempre bastante positiva. Entendo que todo profissional deva ter uma meta de “transformação familiar” e trabalhar incessantemente

<sup>19</sup> De acordo com Nunes (2004, p.70), “os pilares que sustentam o projeto profissional são constituídos pelo Código de Ética, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelas Diretrizes do Curso de Serviço Social”. A autora ainda nos coloca que “a articulação entre a dimensão ético-política, a dimensão acadêmica e as bases legais é fundamental para a consolidação do projeto ético-político da profissão”.



tal meta. A família deve ter um “antes” e um “depois” após a intervenção do assistente social, do psicólogo, e de todos aqueles que se propõem a trabalhar nos Programas de Proteção, só assim pode vislumbrar-se a tal procurada “Doutrina da Proteção Integral” preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Assistente Social D).

Que os pais compreendam que estas práticas estão cada vez mais ultrapassadas, que acabam por afastar os filhos deles, que preocupem-se em mudar a forma de educar os seus filhos equilibrando afeto e limite através de uma educação familiar. (Assistente Social E).

Esses depoimentos nos mostram que são várias as expectativas dos profissionais. Contudo, todos têm um único objetivo: que crianças e adolescentes sejam respeitados como sujeitos de direitos, e que a violência sofrida por eles deixem de fazer parte do seu cotidiano.

Segundo Dingwall; Eekelaar; Murray (apud PARTON, 1997 apud SOUZA, 2000, p. 100), “assistentes sociais são chamados cotidianamente a resolver problemas que filósofos têm discutido pelo menos nos últimos dois mil anos e debaterão pelos próximos dois mil”.

Analisando a atuação dos assistentes sociais na Equipe de Acompanhamento, ficou claro que mesmo esbarrando, muitas vezes, na falta de políticas públicas eficazes e na impunidade (conforme o depoimento da Assistente Social A), estes procuram trabalhar dentro de uma ótica da cidadania e dos direitos sociais, na tentativa de resgatar um convívio familiar harmonioso aos usuários atendidos por esta equipe.

A última questão que perguntamos aos profissionais foi a respeito dos resultados percebidos por estes após o acompanhamento prestado pelo Programa. Decorrente ao questionamento, nos foi apresentada as seguintes colocações:

Os resultados da intervenção profissional no acompanhamento são percebidos a longo prazo. Muitas vezes, existem poucas mudanças significativas. A intervenção na área de violência física implica em mudanças de padrão familiar/cultural e por isso depende de predisposição dos familiares em primeiro reconhecer padrões abusivos e segundo perceber a necessidade de transformá-los. Culturalmente a sociedade adota a violência física como forma de educação e por isso as mudanças propostas estão gradativamente sendo adotadas pela família. (Assistente Social C).

Vejo resultados positivos em 40% dos casos atendidos, no restante 60% vejo que além da nossa intervenção seria necessário uma mudança profunda nos aspectos estruturais da sociedade e do Estado brasileiro. As famílias necessitam de emprego, moradia, educação, comida na mesa para todos. De

barriga cheia é mais fácil mudar forma de educação arcaicas, onde a palmada ainda é considerada “disciplinatória”. (Assistente Social D).

“ALGUMAS FAMÍLIAS” incorporam novos conceitos na educação e nos cuidados com os filhos, estes ficam com um novo significado para os adultos. Esta visão mais longitudinal na vida das pessoas acaba estabelecendo mais respeito entre elas.

“EM OUTRAS FAMÍLIAS”, elas elaboram novas maneiras de agredir as crianças, com requintes que os técnicos não percebem. Por este motivo, não intervém.

Uma questão importante é o técnico não entrar no mecanismo homeostático de violência da família. (Assistente Social A).

O profissional que atua no exercício cotidiano com questões pertinentes a violência (presente nesta atuação cotidiana está o assistente social), “sabe o quanto é difícil, complexa e desafiadora uma intervenção nesta seara” (SCHMICKLER, 1998, p. 74). São profissionais que atuam com questões em que a razão cedeu lugar para a barbárie.

Analisando o panorama nacional, referente a política, há muito o que se fazer para enfrentar a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Azevedo e Guerra (2005, p. 304), colocam que “talvez valha a pena lembrar um pouco do muito que ainda resta fazer e com que nos comprometemos”, destacam também que é necessário:

- a) Uma Política, centrada numa concepção de violência doméstica contra crianças e adolescentes enquanto fenômeno multifacetado sócio-psicológico-cultural, dependente da interação indivíduo-sociedade quanto à sua produção.
- b) Uma Política que privilegie ações de formação futuros profissionais.
- c) Uma Política mais preocupada em prevenir a violência doméstica contra crianças e adolescentes do que em atuar como SOS-vítimas.
- d) Uma Política integrada, mas descentralizada, capaz de intervir eficazmente na “história natural” da violência doméstica contra crianças e adolescentes, a partir de uma articulação entre os poderes do Estado e Sociedade Civil.
- e) Uma Política preocupada com a própria avaliação, em termos de eficiência e eficácia, e com a preservação por parte dos profissionais da capacidade de indignar-se com a violência contra crianças e adolescentes.
- f) Uma Política voltada à proteção efetiva das vítimas e ao combate sistemático à impunidade dos agressores domésticos.



Mudar a forma violenta e autoritária como alguns pais e filhos se relacionam é algo que requer comprometimento, qualificação e informação. O abuso da autoridade é algo muito presente na cultura brasileira, sendo uma herança histórica, que atravessa os tempos.

Contudo, é mister que o profissional prossiga com sua contribuição para que a lei, alimentada pelos brasileiros e promulgada pelo poder público, possa ser respeitada e tenha resultados práticos para transformar as formas violentas de relacionamentos sociais e familiares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos no presente Trabalho de Conclusão de Curso, através de embasamentos teóricos, apresentar a atuação do assistente social, no que diz respeito a sua contribuição no processo de rompimento da violência física doméstica perpetrada contra crianças e adolescentes, sob o pretexto de educá-los.

Consideramos ser necessário neste trabalho realizar resgate histórico da legislação destinada à infância e juventude brasileira. Com isso, podemos perceber que no decorrer da História, foram significativos os avanços direcionados a população infanto-juvenil. Sendo incontestável o progresso apresentado. Progressos estes conquistados por diversos segmentos da sociedade, através de mobilizações e lutas. Constatou-se, ainda, que vários direitos foram conquistados legalmente, existindo, atualmente, leis específicas a todas as crianças e adolescentes sem discriminação, que visam a promoção, atenção e proteção destes.

Entretanto, ainda há muito que se fazer, pois os direitos conquistados estão sendo violados cotidianamente nos diferentes espaços da sociedade. O ambiente familiar não fica fora desse contexto, podendo este ser um local onde as diferenças são transformadas em relações assimétricas de poder.

Cabe ressaltar a necessidade de se refletir, pois muitas vezes os direitos legalmente conquistados estão longe de se materializar no dia-a-dia das crianças e adolescentes. Para que o direito salvaguardado por leis seja efetivamente respeitado e posto em prática é necessário comprometimento de todas as partes (família, sociedade civil, Estado).

Na pesquisa apresentada focamos a violência física, principalmente quando esta é utilizada como integrante no processo de educação, em que no relacionamento pais e filhos prevalece o abuso e o poder, ou seja, a autoridade dispensada a aqueles que tem o dever de educar é transformada em despotismo.

Qualquer que seja o relacionamento entre indivíduos da espécie humana é imprescindível a presença constante do diálogo/comunicação. A comunicação é algo de extrema importância em qualquer relacionamento. Como bem lembra Vieira (1985, p. 157), “[...] seja qual for o assunto abordado, é preciso que cada um compreenda o que o outro diz e

faz [...] ouvir é uma arte que envolve autodisciplina consciente para considerar o outro e não apenas a si mesmo; é perceber o sentido”. Falar também é uma arte; a fala é uma das formas de como podemos nos expressar, e nos fazer ser entendidos. Destacamos ainda que dentre todas as espécies existentes que habitam o planeta, a humana é a única com capacidade para o discernimento consciente, além de possuir o dom da fala para se comunicar.

Contudo, a pesquisa pode nos mostrar que nem sempre as pessoas utilizam-se dos recursos acima descritos para resolverem seus conflitos. Recorrem freqüentemente a violência, abrindo mão da racionalidade (considerada sinônimo de civilização por muitos).

Conforme apresentado neste trabalho, o município de Florianópolis disponibiliza, a seus habitantes, a prestação do serviço de acompanhamento familiar quando ocorre a violência doméstica contra crianças e adolescentes – através do Programa Sentinela/Equipe de Acompanhamento, objetivando contribuir no processo de conscientização dos responsáveis pelas crianças e adolescentes que os protejam, prevenindo assim a reincidência da situação de violência.

Os profissionais do Programa Sentinela buscam prestar um atendimento psicossocial qualificado a população infanto-juvenil, resgatando o respeito e a atenção de que esta população necessita para um desenvolvimento saudável. Prima-se avaliar a proteção e defesa das crianças e adolescentes que tenham sido vítimas de violência doméstica. As famílias são orientadas e sempre que possível os vínculos familiares são resgatados. Também é realizado um trabalho no sentido de prevenir a reincidência da violência, tendo em vista que esta (seja física, sexual ou psicológica, além da negligência) caracteriza-se como uma violação dos direitos das crianças e adolescentes.

O desempenho do assistente social é objetivado no sentido de romper com abuso de poder exercido pelo agressor, resguardando a situação peculiar de desenvolvimento da criança e adolescente.

Pode-se conhecer também a atuação do profissional de Serviço Social nesse espaço, principalmente no que se refere a sua atuação para romper com a violência física. O assistente social trabalha nesse sentido com a finalidade de assegurar a proteção integral da população infanto-juvenil. Sendo que o profissional tem suas competências certificadas na Lei nº8.662 de 1993. O serviço prestado por ele exige aparato teórico-metodológico, compromisso ético-político, além de instrumentais técnicos-operativos inerentes à profissão.

Através da pesquisa, verificamos a forma de intervenção dos assistentes sociais para abordar o tema violência física doméstica, na percepção dos próprios profissionais. Nesse sentido, evidenciamos quais as estratégias para o atendimento desta demanda. Diante dessa atuação profissional, percebemos que o assistente social utilizando-se da dimensão educativa do seu trabalho, procura constantemente erradicar a forma violenta que alguns pais educam seus filhos. Destacando que essa intervenção exige um profissional qualificado, competente e em constante capacitação.

Sob o ponto de vista dos profissionais, nos foi apresentadas as mais diversas conseqüências danosas da violência física doméstica em crianças e adolescentes, que variam muito de acordo com a frequência e a intensidade que foi desferido os golpes. Esse “método educacional” mesmo sendo contrário ao que prima diversos direitos, mesmo acarretando para a vítima várias seqüelas, ele é costumeiramente utilizado. Acreditamos que este cenário vislumbra mudanças, contudo, a violência física perpassa gerações fundamentada em mitos. Sendo que pouco ou quase nada é modificado, já que é dever dos pais educar os filhos, bem como exigir lhes obediência (Código Civil).

O trabalhador social procura compreender a realidade, não a vendo como algo imutável. Toda realidade é construída historicamente pelo ser humano; sendo criada pelo homem pode ser, também, modificada por ele. Ao optar, incontestavelmente, por antimudança posiciona-se de forma acrítica.

Se quisermos que a violência (seja no trânsito, nas escolas e até mesmo entre países) diminua, temos que ensinar nossas crianças a resolverem os problemas através do diálogo. Pois, quando nos relacionamos com elas através da violência, ainda que a moderada, estaremos perpetuando formas de relacionamento destrutivos, que violam a integridade e a dignidade humana.

Com relação as expectativas desses profissionais, bem como os resultados apresentados frente a temática abordada, podemos diagnosticar que são diversificados. Nos resultados percebemos os avanços obtidos na sua atuação, porém também nos foi apresentado algumas das limitações que dificultam o resultado almejado. Muitas vezes, a solução para essas limitações está em outra alçada. Segundo Veronese (1998), as soluções seriam: jurídico-repressiva, política e educacional.

Na agenda do século XXI temos que começar a utilizar a legislação vigente como instrumento de sustentação de decisões e ações, não vê-la apenas no sentido legalista. Bem como, lutar sempre na busca pelo melhor para as crianças e adolescentes, sendo que estes demandam proteção e atenção. Além de romper com a banalização e tolerância no tocante a violência física.

Destacamos a importância da discussão da temática seja pela sociedade, pelo Poder Público, pela família e pelos profissionais que atuam em espaços direcionados a proteção da infância e juventude, para que este fato possa ser efetivamente denunciado, notificado, enfrentado e combatido. Entendemos que se faz necessário falar sobre esse assunto incessantemente, para que dúvidas sejam esclarecidas, e principalmente, para que a discussão sobre essa questão não seja adormecida ou, até mesmo, esquecida.

## REFERÊNCIAS

ABRAPIA. **Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**: Diga não ao bullying. Direitos. Disponível em: <<http://www.bullying.com.br/Bconceituacao21.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2006.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AZEVEDO, Maria Amélia. GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Infância e Violência Doméstica**: perguntelho. São Paulo: IPUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

\_\_\_\_\_. **Interrompendo o Circuito**. In: Guia Prático Para prevenir o fenômeno. São Paulo: IPUSP, [199\_?].

\_\_\_\_\_. **Mania de Bater**. São Paulo: IGLU, 2001.

\_\_\_\_\_. **Palmada já era!**. São Paulo: M. A. Azevedo: V. N. de A. Guerra, 2002.

\_\_\_\_\_. (Orgs). **Infância e Violência Doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2005.

BRAGA, José Norival. **Aspectos sócio-culturais da violência**: uma abordagem antropológica. In: Integração: ensino, pesquisa, extensão, ano 08, n. 28. São Paulo: Centro de Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Florianópolis:[s.n.], 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: MPAS, 1997.

\_\_\_\_\_. **Notificação de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes: um passo a mais na cidadania em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

\_\_\_\_\_. **Novo Código Civil**. Brasília: [s.n], 2004.

BRUYNE, P; HERMAN, J; SCHOUTHEETEM, M. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CABRAL, Maria Fernanda. **Manter a qualidade de vida enquanto se luta para ganhar a vida: a vulnerabilidade dos técnicos do projeto acorde à síndrome de burnout**. Florianópolis, UFSC, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso

Cadernos de Ação nº04: **Trabalhando Conselhos de Direitos**. São Paulo: CBIA, 1993.

CARDOSO, Franci Gomes; MACIEL, Marina. **Mobilização social e práticas educativas**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, 2000.

Centro Crescer sem Violência. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Florianópolis: IOESC, 1999.

CFESS. **Código de Ética Profissional**. In: 10 anos de o Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8662/93 de 07/06/1993. (coletânea de textos). Florianópolis: CRESS, [entre 2002 e 2005].

DESLANDES, S. F. et al. **Guia de Atuação Frente a Maus-Tratos na Infância e na Adolescência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DIAS, S.L.M.; RECH, L.K. **Protegendo o Bicho da Seda**. Florianópolis: PMF/ Programa Sentinela, 2004.



FIGUEIREDO, Kátia Carvalho. Dissertação apresentada ap Departamento de Psicologia – programa de Pós Graduação - Mestrado. Florianópolis, UFSC, 2000.

GERARDI, Denise Aparecida Michelute. **Serviço Social e Educação: uma interface necessária.** Florianópolis: Garapuvu, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Waldirene Vieira. **Os Óbices (In)Visíveis Do Acompanhamento Familiar:** Um estudo da medida de proteção para crianças e adolescentes vítimas da violência sexual intrafamiliar. Florianópolis: UFSC, 2005. Dissertação Mestrado em Serviço Social.

HERMANN, Leda Maria. **Os juizados especiais criminais e a violência doméstica:** a dor que a lei esqueceu. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de Mestrado em Direito.

KAMINSKI, André Karst. **O Conselho Tutelar, a Criança e O Ato Infracional:** Proteção ou Punição?. Canoas: Editora ULBRA, 2002.

KINOSHITA, Fernando. (organizador). **Código Penal e Legislação Complementar.** Brasília: OAB Editora, 2004.

MARTINS, Alexsandra. **Resgatar Sorrisos:** O Desafio de Profissionais Frente à Violência Doméstica. Florianópolis, UFSC, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso.

MIOTO, Regina Célia T. **Família e Serviço Social:** contribuição para o debate. In: Serviço Social e Sociedade Nº 55. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Para que tudo não termine como um “caso de família”:** aportes para o debate sobre a violência doméstica. In: Revista Katálysis, v.06, n. 01. Florianópolis: UFSC, 2003.

NUNES, Renata. **O Perfil do Assistente Social em Santa Catarina e as Novas Configurações Societárias.** Florianópolis, UFSC, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso.

PATELLA, F. K. et al. **Violência Doméstica em Crianças**. In: Revista Ceciliana, ano 12, n.15. Santos: UNISANTA, 2001.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, 2000.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

RIZZINI, Irene. **Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever**. In: Pilotti, Francisco & Rizzini, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: AMAIS, 1995.

ROSA, E. M.; TASSARA, E.T. de O. **Em busca de um sentido para a violência doméstica contra crianças**. In: Revista Psicologia Argumento, v.21, n.34. Curitiba: Champagnat, 2003.

ROSADO, Sandra. **Comissão de constituição e justiça e de cidadania – Projeto de Lei nº 2.564/2003: II – Voto da Relatora**. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.aps?id](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.aps?id)>. Acesso em: 25 fev. 2006.

ROSÁRIO, Maria. **Projeto de Lei nº 2.564/2003**. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp>>. Acesso em: 25 fev. 2006

Santa Catarina. **48º Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Florianópolis: Alesc, [20\_?].

SCHMICKLER, Catarina Maria. **Uma outra face da violência**. In: Revista Katálýsis, n. 02. Florianópolis: UFSC, 1998.

SCHMICKLER, C.M.; RECH, L. K.; GOMES, W.V. **Denunciar pode significar incluir: reflexões sobre o espaço da denúncia de violência contra crianças e adolescentes**. In: Revista Katálýsis, v.06, n. 01. Florianópolis: UFSC, 2003.

SILVA, L. P. **Relatório de Atividades**. Florianópolis: PMF/Programa Sentinela, 2005.

SILVA, Maria Lúcia. **Um novo fazer profissional**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, 2000.

SOUZA, Marli Palma. **Crianças e adolescentes: absoluta prioridade**. In: Revista Katálýsis. Florianópolis: Editora UFSC, 1998.

\_\_\_\_\_. **A publicização da violência de pais contra filhos: um estudo das implicações da denúncia**. São Paulo: PUC, 2000. Doutorado em Serviço Social.

TIBA, Içami. **Disciplina: o limite na medida certa**. São Paulo: Editora Gente, 1996.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, 2000.

VERONESE, Josiane R. Petry. **Temas de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTR, 1997.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Doutrinários e Conceituais do Direito da Criança e do Adolescente**. [S.L.: s.n., 20 \_?]. (mimeo)

\_\_\_\_\_. **Entre violentados e violentadores**. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

VIEIRA, Balbina Ottni. **Metodologia do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

ZOMIGNANI, Maurício de Araújo. **Invulnerável, não: resiliente**. In: Viver Psicologia. [S.L.: s.n.], 2002.

**APÊNDICE**  
**QUESTIONÁRIO APLICADO PARA COLETA DE DADOS**

A aplicação deste questionário subsidiará o Trabalho de Conclusão de Curso, da acadêmica Sabrina Fabíola Nobre, tendo como orientadora a Profª Márcia Regina Ferrari. Certos de sua compreensão e participação agradecemos antecipadamente.

Questões:

- 1) O que você entende por limite?
- 2) Como você vê limite enquanto integrante de um processo educativo na relação pais (responsáveis) e filhos? Discorra sobre o assunto.
- 3) O que os pais (responsáveis) alegam ao falarem que batem em seus filhos como medida disciplinadora?
- 4) Quais as conseqüências, percebidas por você, decorrentes da violência física em uma criança ou adolescente vitimizados?
- 5) Quais as alternativas educativas na relação pais (responsáveis) e filhos que você, enquanto técnico de um programa de proteção à criança e ao adolescente, propõe, quando atende uma família onde há criança e/ou adolescente vítima de violência física doméstica?
- 6) Quais as estratégias utilizadas pelo Serviço Social para trabalhar as questões culturais com relação à educação dos filhos?
- 7) Quais suas expectativas ao intervir na dinâmica de uma família onde crianças e/ou adolescentes são vítimas de violência física doméstica?
- 8) Fazendo uma ampla análise, quais os resultados percebidos por você, de uma família que permaneceu em acompanhamento por utilizar a violência física contra crianças e/ou adolescentes?

**ANEXO A**  
**PROJETO DE LEI Nº 2.654/2003**

## PROJETO DE LEI Nº 2.654/2003

Da Senhora Maria do Rosário

Dispõe sobre a alteração da Lei 8069, de 13/07/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei 10406, de 10/01/2002, o Novo Código Civil, estabelecendo o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – São acrescentados à Lei 8069, de 13/07/1990, os seguintes artigos:

Art. 18A – A criança e o adolescente têm direito a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, no lar, na escola, em instituição de atendimento público ou privado ou em locais públicos.

Parágrafo único – Para efeito deste artigo será conferida especial proteção à situação de vulnerabilidade à violência que a criança e o adolescente possam sofrer em consequência, entre outras, de sua raças, etnia, gênero ou situação sócio-econômica.

Art. 18B – Verificada a hipótese de punição corporal em face de criança ou adolescente, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, os pais, professores ou responsáveis



ficarão sujeitos às medidas previstas no artigo 129, incisos I, III, IV e VI desta lei, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 18 D – Cabe ao Estado, com a participação da sociedade:

I. Estimular ações educativas continuadas destinadas a conscientizar o público sobre a ilicitude do uso da violência contra criança e adolescente, ainda que sob a alegação de propósitos pedagógicos;

II. Divulgar instrumentos nacionais e internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente;

III. Promover reformas curriculares, com vistas a introduzir disciplinas voltadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente, nos termos dos artigos 27 e 35, da Lei 9394, de 20/12/1996 e do artigo 1º da Lei 5692, de 11/08/1971, ou a introduzir no currículo do ensino básico e médio um tema transversal referente aos direitos da criança, nos moldes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Art. 2º – O artigo 1634 da Lei 10.406, de 10/01/2002 (novo Código Civil), passa a ter seguinte redação:

“Art. 1634 – Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

VII. Exigir, sem o uso de força física, moderada ou imoderada, que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.”

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (ratificada pelo Brasil em 24.09.90) introduzem, na cultura jurídica brasileira, um novo paradigma inspirado pela concepção da criança e do adolescente como verdadeiros sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento. Este novo paradigma fomenta a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente e consagra uma lógica e uma principiologia próprias voltadas a assegurar a prevalência e a primazia do interesse superior da criança e do adolescente. Na qualidade de sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento, à criança e ao adolescente é garantido o direito à proteção especial.

Sob esta perspectiva, a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 227, estabelece que: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao regulamentar o comando constitucional, prescreve, em seu artigo 5º, que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Acrescenta o artigo 18 do mesmo Estatuto: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Não obstante os avanços decorrentes da Constituição e do Estatuto, no sentido de garantir o direito da criança e do adolescente ao respeito, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, bem como de colocá-los a salvo de qualquer tratamento desumano ou violento, constata-se que tais avanços não tem sido capazes de romper com uma cultura que admite o uso da violência contra criança e adolescente (a chamada “mania de bater”[1][1]), sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos.

Sob o prisma jurídico, a remanescência desta cultura, por vezes, ainda é admitida e tolerada sob o argumento de que se trata do uso da violência “moderada”. Vale dizer, a ordem jurídica tece, de forma implícita, a tênue distinção entre a violência “moderada” e “imoderada”,

dispondo censura explícita tão somente quando da ocorrência dessa última modalidade de violência. Destaca-se, neste sentido, o Código Civil de 1916 que, em seu artigo 395, determina que “perderá por ato judicial o pátrio poder o pai, ou a mãe que castigar imoderadamente o filho (...)”. Observe-se, como consequência, que o castigo “moderado” é, deste modo, aceitável, tolerável e admissível, não implicando qualquer sanção. No Código Penal de 1940, o crime de maus tratos, tipificado no artigo 136, na mesma direção, vem a punir o ato de expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quando do abuso dos meios de correção ou disciplina. Uma vez mais, há que se diferenciar a prática abusiva e não abusiva dos meios de correção ou disciplina, posto que apenas a primeira é punível. Estes dispositivos legais, na prática, têm sido utilizados para o fim de contribuir para a cultura que ainda aceita e tolera o uso da violência “moderada” contra criança e adolescente, sob a alegação de propósitos pedagógicos, na medida em que se pune apenas o uso imoderado da força física. Além disso, há dificuldade em se traçar limites entre um castigo moderado e um castigo imoderado, o que tem propiciado abusos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a permissão do uso moderado da violência contra crianças e adolescentes faz parte de uma cultura da violência baseada em três classes de fatores: ligados à infância, ligados à família e ligados à violência propriamente dita. Quanto aos primeiros, persiste no Brasil a percepção da criança e do adolescente como grupos minorizados, isto é, como grupos inferiorizados da população, frente aos quais é tolerado o uso da violência. Quanto aos segundos, vigora ainda um modelo familiar pautado na valorização do espaço privado e da estrutura patriarcal, que, por estar muitas vezes submerso em dificuldades sócio-econômicas, propicia a eclosão da violência. Quanto aos terceiros, prevalece no Brasil o costume de se recorrer a alternativas violentas de solução de conflitos, inclusive no que toca a conflitos domésticos. Essa cultura, contudo, pode e deve ser enfrentada por diversas vias, dentre elas, a valorização da infância e da adolescência, a percepção da criança como um ser político, sujeito de direitos e deveres, e, ainda, a elucidação de métodos pacíficos de resolução de conflitos, que abarcarão a vedação do castigo infantil, ainda que moderado e para fins pretensamente pedagógicos.[2][2]

Neste contexto, é fundamental e necessário tornar inequivocadamente claro e explícito que a punição corporal de criança e adolescente, ainda que sob pretensos propósitos pedagógicos, é

absolutamente inaceitável. Daí a apresentação do presente projeto de lei, que objetiva assegurar à criança e ao adolescente o direito a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, no lar, na escola ou em instituição de atendimento público ou privado. O escopo principal é ressaltar que a vedação genérica da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente quanto ao uso da violência abrange a punição corporal mesmo quando moderada e mesmo quando perpetrada por pais ou outros responsáveis.

A escolha pela inclusão desse direito específico no Estatuto da Criança e do Adolescente atende a esse escopo sem calcar dúvidas quanto à ilicitude do uso da violência de modo geral, nos termos do artigo 18 desse diploma. A inclusão alcança, ademais disso, duas outras metas. Primeiro, assegurará uma maior coerência ao sistema de proteção da criança e do adolescente. Segundo, ressaltará a relevância desse direito específico, na medida em que esse passará a fazer parte de uma lei paradigmática tanto interna quanto internacionalmente.

Não se trata, todavia, da criminalização da violência moderada, mas da explicitação de que essa conduta não condiz com o direito. É nesse sentido, ademais disso, que se coloca o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança. No parágrafo 17 de sua Discussão sobre Violência contra Crianças na Família e na Escola, o Comitê ressaltou que a “ênfase deve ser na educação e no apoio aos pais, e não na punição. Esforços preventivos e protetivos devem enfatizar a necessidade de se considerar a separação da família como uma medida excepcional”. [3] [3]

Orientado pela vertente preventiva e pedagógica, o projeto estabelece que, na hipótese do uso da violência contra criança ou adolescente, ainda que sob a alegação de propósitos educativos, os pais, professores ou responsáveis ficarão sujeitos às medidas previstas no artigo 129, incisos I, III, IV e VI do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tais medidas compreendem: o encaminhamento dos pais ou responsável a programa oficial ou comunitário de proteção à família; o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; o encaminhamento a cursos ou programas de orientação; bem como a obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

Conforme revela a experiência de outros países, como a Suécia [4][4], a plena efetivação e observância do direito a uma pedagogia não violenta requer do Poder Público o desenvolvimento de campanhas educativas destinadas a conscientizar o público sobre a

ilicitude do uso da violência contra criança e adolescente, ainda que sob a alegação de propósitos pedagógicos. Daí a inclusão do artigo 18 – D do projeto de lei, visando justamente impor ao Poder Público o dever de estimular ações educativas continuadas de conscientização, bem como o de divulgar os instrumentos nacionais e internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente e de promover reformas curriculares, com vistas a introduzir disciplinas voltadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Considerando o novo Código Civil, que entrou em vigor em janeiro de 2003, o presente projeto ainda torna explícita a proibição do uso da violência, seja moderada ou imoderada, no que tange à exigência dos pais em face da pessoa dos filhos menores “de que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição”. Assim, fica afastada a perversa consequência de legitimar ou autorizar o eventual uso da violência física, mesmo quando moderada, para “educar” e exigir dos filhos que prestem a obediência necessária. Observe-se que no Direito Comparado, a tendência contemporânea é a de punir expressa e explicitamente o uso da violência contra criança e adolescente, ainda quando alegada para pretensos propósitos pedagógicos. A título exemplificativo, destacam-se: a experiência pioneira da Suécia, que desde 1979 adotou a chamada “Anti-spanking law”, proibindo a punição corporal ou qualquer outro tratamento humilhante em face de crianças; a decisão da Comissão Européia de Direitos Humanos de que a punição corporal de crianças constitui violação aos direitos humanos; a lei da Família e da Juventude (Family Law and the Youth and Welfare Act), aprovada na Áustria em 1989, com o fim de evitar que fosse a punição corporal usada como instrumento de educação de crianças; a lei sobre Custódia e Cuidados dos Pais (Parental Custody and Care Act), aprovada na Dinamarca em 1997, a lei de pais e filhos (Parent and Child Act), adotada na Noruega em 1987; a lei da proteção dos direitos da criança (Protection of the Rights of the Child Law), adotada na Letônia em 1998; as alterações no artigo 1631 do Código Civil, aprovadas na Alemanha em 2000; a decisão da Suprema Corte de Israel, de 2000, que sustentou ser inadmissível a punição corporal de crianças, por seus pais ou responsáveis; a lei adotada em Chipre em 2000 (Law which provides for the prevention of Violence in the Family and Protection of Victims), voltada à prevenção da violência no núcleo familiar e da Islândia (2003). Além destas experiências, acrescente-se que países como a Itália, Canadá, Reino Unido, México e Nova Zelândia tem se orientado na mesma direção, no sentido de prevenir e proibir o uso da punição corporal de crianças, sob a alegação de propósitos



educativos, particularmente mediante relevantes precedentes judiciais e reformas legislativas em curso. Cite-se, ainda, decisão proferida pela Corte Européia de Direitos Humanos, em face do Reino Unido, considerando ilegal a punição corporal de crianças. Ressalte-se, além disso, que o Brasil é parte da Convenção sobre os Direitos da Criança, desde 24 de setembro de 1990. Ao ratificar a Convenção, no livre e pleno exercício de sua soberania, o Estado Brasileiro assumiu a obrigação de assegurar à criança o direito a uma educação não violenta, contraindo para si a obrigação de não apenas respeitar, mas também de promover este direito. A respeito, merece menção o artigo 19 (1), cominado com o artigo 5o, da Convenção. De acordo com o artigo 19 (1): “ Os Estados Partes tomarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a guarda dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela ”. Por sua vez, o artigo 5º estabelece: “Os Estados Partes respeitarão as responsabilidades, os direitos e os deveres dos pais ou, conforme o caso, dos familiares ou da comunidade, conforme os costumes locais, dos tutores ou de outras pessoas legalmente responsáveis pela criança, de orientar e instruir apropriadamente a criança de modo consistente com a evolução de sua capacidade, no exercício dos direitos reconhecidos pela presente Convenção”.

Deste modo, o artigo 19, conjugado com o artigo 5º, da CDC, veda claramente a utilização de qualquer forma de violência contra a criança, seja ela moderada ou imoderada, mesmo que para fins pretensamente educativos ou pedagógicos, considerando ilícitas, nessa linha, práticas “corretivas” empregadas por pais ou responsáveis que abarquem punições físicas em qualquer grau. Adicione-se que o artigo 29 da Convenção estipula ainda um direito complementar ao da educação não violenta: o direito a uma educação de qualidade. A respeito, importa frisar que a própria Declaração Universal, em seu artigo 26, já estabelecia que a instrução deveria ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento e do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais [5][5]. Considerando a efetiva implementação de avanços introduzidos pela Constituição Brasileira de 1988 e pelo Estatuto da Criança e Adolescente, bem como as obrigações internacionais assumidas pelo Estado Brasileiro, com a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança

e tendo em vista ainda a tendência do Direito Comparado contemporâneo, refletida nas experiências de diversos países, é urgente e necessária a aprovação do presente projeto de lei, ao consagrar expressamente o direito da criança e do adolescente a uma pedagogia não violenta.

O reconhecimento da dignidade da criança e do adolescente consolida a idéia de que, se não se admite a violação à integridade física de um adulto por outro adulto, em qualquer grau, não se pode admitir a violação à integridade física de uma criança ou adolescente por um adulto. Há de se assegurar, por conseguinte, o direito da criança e do adolescente a uma educação não violenta, por meio do reconhecimento explícito do direito específico da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer violência, seja ela moderada ou imoderada, ainda que cometida por pais ou responsáveis, com finalidades pretensamente pedagógicas. Enfim, o presente projeto, que teve origem na “Petição por uma Pedagogia Não Violenta” e que recebeu no Brasil, Peru e Argentina mais de 200 mil assinaturas, visa a combater, em definitivo, a punição corporal que ainda alcança tantas crianças e adolescentes, violando seu direito fundamental ao respeito e à dignidade. A proposição que estamos apresentando à Casa foi elaborada pelo Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) da Universidade de São Paulo (USP), sob a responsabilidade das coordenadoras, Dra. Maria Amélia Azevedo, Dra. Flávia Piovesan, Dra. Carolina de Mattos Ricardo, Dra. Daniela Ikawa e Dr. Ricardo Azevedo Guerra, e, como pode ser verificado na argumentação supra, está amparado por pesquisas e análises comparativas com as legislações mais avançadas do mundo. Por esse motivo, esperamos contar com o apoio a sua aprovação.

Sala das Sessões, em , de novembro de 2003.

Maria do Rosário

Deputada Federal

PT/RS



---

[1][1] Sobre o tema, ver “Por que abolir no Brasil a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes?” , de Maria Amélia Azevedo e Viviane N. de A. Guerra (mimeo).

[2][2] Maria Amélia Azevedo e Viviane N. de A. Guerra. A Violência Doméstica na Infância e na Adolescência. São Paulo: Robe, 1995, p. 77-85

[3][3] Nações Unidas - Comitê dos Direitos da Criança, “Discussão sobre Violência contra Crianças dentro da Família e nas Escolas,” CRC/C/111, 28 th Session, 28 de setembro de 2001.

[4][4] É interessante notar que a própria lei, que torna ilícito o uso da violência, ainda que moderada, para fins educativos, pode trazer mudanças sociais. Foi o que ocorreu, ilustrativamente, na Suécia (1979) e na Dinamarca (1997). Na Suécia, em 1968, 42% da população entendia que o castigo corporal era, por vezes, necessário. Em 1994, apenas 11% da população apoiava o uso do castigo na educação. Na Dinamarca, uma pesquisa de opinião realizada em 1984 indicou que 68% dos dinamarqueses eram contrários à abolição da punição corporal. Em 1997, 57% da população era contrária ao uso dessa punição. A mudança se deu não pela lei de 1997, mas por outra anterior, de 1985, menos explícita. Em todos esses casos, contudo, os efeitos sociais da lei foram efetivos apenas porque essas leis foram acompanhadas por campanhas de educação pública. Na Suécia, por exemplo, em dois anos da promulgação da lei, que proibiu todas as formas de punição corporal, 99% da população tinha ciência de seu conteúdo. Fonte: Durrant, J. The Swedish Ban on Corporal Punishment: Its History and Effects. In: Family Violence Against Children: a Challenge for Society, Berlin, New York, Walter de Gruyter and Co., 1996.

[5][5] Estabeleceu o Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu Comentário Geral N. 13, adotado em 1999, que “a educação é, ao mesmo tempo, um direito humano em si e um meio indispensável para realização de outros direitos humanos”.

Disponível em : <http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp>. Acesso em 25/02/2006

## **ANEXO B**

**Respostas do questionário na íntegra.**

### ASSISTENTE SOCIAL – A

1) Limite é o substrato de educação que nos situa no mundo – enquanto ser e estar.

É um conceito utilizado tanto para justificar formas autocráticas como democráticas de educar uma criança.

Podemos usar o conceito de limite para obter uma obediência à um comando, como para preparar a criança para interagir no mundo de forma autônoma.

2) O limite situa a pessoa em um conjunto de pessoas diferentes. No caso das famílias violentas, os pais extrapolam seus limites, invadindo os limites dos seus filhos que também são pessoas. São guardiões e não posseiros dos filhos, mas não entendem isso.

Importante destacar que um processo educativo deveria iniciar com um projeto de vida, mas de fato muitas pessoas têm filhos sem projetos algum. E pior, “educam” na base do “aqui e agora”, sem maiores preocupações com produtos finais: construir pessoas.

3) Alegam mentiras explícitas ou besteiras incomensuráveis. Quando alegam mentiras explícitas, têm consciência que cometeram violência; quando alegam besteiras, mostram que não estavam preparados para terem filhos.

Foram dezenas ou até centenas os casos que atendi ou que presenciei colegas atenderem que mostraram que os pais alegaram bater por motivos de disciplina, mas ao investigar os fatos, percebíamos que a criança estava no lugar errado na hora errada, quando um adulto queria mostrar seu pequeno poder.

4) São muitas e variáveis de pessoa a pessoa: as principais estão ligadas a fazer a pessoa pensar que o adulto é o amo, que ele pode bater, que está acima da lei, que o maior come o menor, que ele é o dono do seu corpo. E este aprendizado funesto acontecerá, e ele irá se vingar no menor do que ele: no irmão, no cachorro ou mesmo nos filhos.

O culto a práticas violentas também ocorre: rinha de galos, briga de cães, associação à gangues, bullying.

Algumas vítimas reproduzem a condição de vítimas na vida adulta, por exemplo, casando com um homem violento. Outras vão a desforra com outras vítimas.

5) Variam a cada caso: a idéia é você tentar construir um “mapa da violência” de cada família, ver quais são os intervenientes internos e externos e propor “antídotos” para eles.

Aprender a se conhecer, a lidar com sua raiva, planejar o número de filhos, envolver outras instituições ou familiares nos momentos de crise são algumas das alternativas.

Fazer os pais conhecerem seus filhos, respeitarem conversarem muito com eles também ajuda.

Estar presente para orientar quando a família está em crise também vale.

FICAR SEMPRE DO LADO DA CRIANÇA faz o adulto valoriza-la, acredite.

6) Digo que uso “antídotos” científicos para neutralizar dogmas culturais, tipo aquele do pepino...

7) Baixas expectativas por vários motivos: IMPUNIDADE é o maior deles. Quando não há criminalização das violências a pessoa entende que socialmente não há reprovação. Assim, não há modificação da cultura de violência.

Outros intervenientes são as esparsas e quase inexistentes campanhas educativas que podem auxiliar as pessoas a introduzir em suas rotinas outras práticas educativas que não o uso da violência.

Na minha prática procuro conversar diretamente sobre as cenas de violência que os adultos cometem, numa tentativa de que eles consigam perceber a assimetria da relação com os pequenos.

8) “ALGUMAS FAMÍLIAS” incorporam novos conceitos na educação e nos cuidados com os filhos, estes ficam com um novo significado para os adultos. Esta visão mais longitudinal na vida das pessoas acaba estabelecendo mais respeito entre elas.

“EM OUTRAS FAMÍLIAS”, elas elaboram novas maneiras de agredir as crianças, com requintes que os técnicos não percebem. Por este motivo, não intervêm.

Uma questão importante é o técnico não entrar no mecanismo homeostático de violência da família.

### ASSISTENTE SOCIAL – B

1) Os limites determinam nossas ações para alguma coisa.

2) Os limites como integrante de um processo educativo, deve ser visto como aprendizado no controle do comportamento e atitudes que ajudem o ser em desenvolvimento a se relacionar com outras pessoas, a conhecer-se e respeitar-se e respeitar os outros.

3) Que não sabem reprimir seus filhos sem o recurso da força física. Que quando crianças também foram reprimidos desta forma. Que dar palmada ou uma “surra” não faz mal. Que seus filhos não obedecem só no diálogo e por isso acaba batendo.

4) Crianças ou adolescentes com baixa-estima, agressivos, hiperativos, dificuldade de obedecer limites, dificuldade de aprendizagem, etc.

5) Em primeiro lugar, mostrar a esse pai ou mãe que a criança e o adolescente é protegido por Lei (ECA) de qualquer tipo de agressão que venha lhe trazer dano ao seu desenvolvimento. Em segundo lugar, mostra as conseqüências da situação que seu filho vem sofrendo e que poderá sofrer com essa atitude. Propondo aos pais outras formas de controlar o comportamento dos filhos, através do diálogo, carinho e atenção.

6) A estratégia é desenvolvida com as famílias através da equipe interdisciplinar. Que irá trabalhar dando orientações de como educar sem violência (avaliação da situação – encaminhamento).

7) Acreditar na criança e no adolescente, buscando traçar um planejamento com base na dinâmica familiar. Fazer com que os conflitos se amenizem de forma que os pais se

conscientizem que educar com violência gera consequências negativas no desenvolvimento dos filhos e não atingirá a finalidade com que a violência foi usada.

8) No resultado do trabalho com as famílias de violência física se percebe resultados a medida em que os pais mudam suas atitudes para com os filhos. Essa mudança se reflete nas crianças e adolescentes através da auto-estima, na alteração da realidade da família, muitas vezes construindo a consciência da pedagogia não violenta. O tempo de acompanhamento varia muito de acordo com a realidade situacional da família.

### ASSISTENTE SOCIAL – C

1) É uma linha divisória construída socialmente determinada por aspectos aceitos por um grupo.

2) São regras apresentadas pelos pais e/ou sociedade para nortear a educação dos filhos. Por mais que sejam adaptadas a cada realidade, existem preceitos básicos a serem seguidos.

3) O ato de bater muitas vezes é justificado pelos pais pela transgressão de normas pelos filhos. Em outras vezes, não podemos esquecer o descontrole dos pais em um ato de agressão aos filhos.

4) Vária que podem variar de pessoa a pessoa. As mais freqüentes: baixa auto-estima, comportamento agressivo, repetindo padrões, pouca sociabilidade, dificuldade de aprendizagem, etc.

5) Maior diálogo entre os familiares, controle dos pais, reflexão sobre os atos e suas consequências, aplicação de medidas restritivas: castigos, retirar temporariamente alguma coisa que o filho queira como: ver tv, jogar futebol, etc.

6) Reflexão com os pais sobre o comportamento dos filhos; atividade de prevenção; construção de uma nova maneira de educar sem uso de violência.

7) Erradicar ou pelo menos minimizar as práticas violentas como forma de educação.

8) Os resultados da intervenção profissional no acompanhamento são percebidos a longo prazo. Muitas vezes, existem poucas mudanças significativas. A intervenção na área de violência física implica em mudanças de padrão familiar/cultural e por isso depende de predisposição dos familiares em primeiro reconhecer padrões abusivos e segundo perceber a necessidade de transforma-los. Culturalmente a sociedade adota a violência física como forma de educação e por isso as mudanças propostas estão gradativamente sendo adotadas pela família.

#### ASSISTENTE SOCIAL – D

1) Limite é uma espécie de fronteira entre um comportamento socialmente aceito e um outro que extrapola esta aceitação. Na área da violência doméstica este conceito se aplica ao fato de se criar uma cultura que não utilize a violência como método educativo, mas sim uma cultura que aponte alternativas de um novo “educar”.

2) Vejo de três maneiras. A primeira refere-se aos pais que não conseguem exercer sua autoridade, tornam-se coercitivos e agressivos e entendem que somente conseguiram a almejada “obediência” através da imposição física e psicológica. A segunda refere-se aos pais permissivos, amedrontados, enfraquecidos que acabam perdendo a autoridade para os filhos e estes assumem papéis invertidos. A terceira refere-se aos pais que atingiram o patamar ideal, ou seja, aqueles que exercem a autoridade através de seus exemplos firmes e afetivos ao mesmo tempo. Entendo que o limite na questão educativa está no respeito ao Direito dos pais, desde que estes sejam responsáveis pelos seus atos e busquem no diálogo a solução dos conflitos, e no Direito dos filhos, respeitando seu estágio peculiar de desenvolvimento, seus anseios e necessidades materiais e afetivas.



3) São várias as explicações mas a alegação mais freqüente é aquela relacionada a educação.

Costumeiramente ouvimos: “bato paras que ele seja uma criança educada. Meus pais me batiam e hoje sou alguém de bem”.

4) As conseqüências mais gritantes são aquelas de ordem psicológica onde as vítimas tornam-se inseguras, apáticas com tendências depressivas, ou então, ao contrário, as vítimas tornam-se extremamente agressivas, partem para distúrbios de conduta e tendem com isso reproduzir a violência sofrida (é o chamado ciclo da violência, conforme Azevedo e Guerra).

5) Utilizamos várias alternativas, umas buscando a construção através do consenso (diálogo, tolerância, etc...) e outras vezes. Principalmente nos caso de famílias resistentes e violentas, utilizando basicamente o que dita a legislação vigente.

6) No meu caso especificamente, procuro respeitar a cultura de cada família trabalhada. Porém, procuro orientar as pessoas no sentido de ultrapassar os costumes relacionados a maneira violenta de educar os filhos e procurar alternativas de um novo convívio familiar. Procuro também “desmistificar” conceitos como machismo, patriarcalismo, adultocentrismo, entre outros geradores e cultuadores da violência.

7) Minha expectativa é sempre bastante positiva. Entendo que todo profissional deva ter uma meta de “transformação familiar” e trabalhar incessantemente tal meta. A família deve ter um “antes” e um “depois” após a intervenção do assistente social, do psicólogo, e de todos aqueles que se propõem a trabalhar nos Programas de Proteção, só assim pode vislumbra-se a tal procurada “Doutrina da Proteção Integral” preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

8) Vejo resultados positivos em 40% dos casos atendidos, no restante 60% vejo que além da nossa intervenção seria necessário uma mudança profunda nos aspectos estruturais da sociedade e do Estado brasileiro. As famílias necessitam de emprego, moradia, educação,

comida na mesa para todos. De barriga cheia é mais fácil mudar forma de educação arcaicas, onde a palmada ainda é considerada “disciplinatória”.

### ASSISTENTE SOCIAL – E

1) Dentro de um processo educativo dar limite significa pais educadores orientar seus filhos indicando as regras e normas pré-estabelecidas na sociedade para uma convivência harmoniosa. O aprendizado do certo e do errado, bem como o respeito aos aspectos sociais existentes entre os indivíduos.

2) A falta de planejamento familiar, relações assimétricas de poder e fatores estressantes como o desemprego, o alcoolismo, entre outros contribuem para que os pais fracassem na supervisão dos seus filhos. O que implica diretamente na falta de cuidados adequados e manejo, ingredientes da má comunicação entre pais e filhos e dão lugar para a ausência dos chamados limites. Como consequência disto aparece a falta de limites que os pais não sabem lidar e recorrem ao disciplinamento corporal quando falar já não adianta mais.

3) Como último recurso utilizam a punição e o disciplinamento físico alegando que quando crianças também apanharam e continuam os mesmos. Ponderamos que essa atitude expressa a reprodução da única forma de educação conhecida por eles, nossa preocupação quando esta não mais atender aos seus anseios, o que fazer? Fica um silêncio, então nos dirigimos a eles e orientamos a encontrar novas alternativas, tais como diálogo, o castigo não físico, privando-os de algo que gostam quando não cumprirem com os seus deveres, sempre os associamos as infrações cometidas. Os castigos, no entanto devem ser compatíveis com a infração cometida.

4) Sentimento de raiva, desamor, rebeldia, afastamento do lar, a busca de auto-afirmação nos grupos de amigos, drogadição, criminalidade, situação de rua, exposição as diversas situações de risco.

5) Que os pais busquem tempo para estarem mais próximos de seus filhos através do diálogo, conhecendo os amigos deles, mostrando-se preocupados com seus gostos e expectativas de vida, apoiando-os nos obstáculos que a vida prega, sendo mais tolerantes e revendo conceitos de família e mudando histórias de fracassos na educação que receberam, de que quando eram crianças, o que gostavam que seus pais fizessem para eles entre outras.

6) Mostrar exemplos positivos de relações pautadas em outras formas educativas que não a violência física, refletir se esta prática é adequada, se funciona...

7) Que os pais compreendam que estas práticas estão cada vez mais ultrapassadas, que acabam por afastar os filhos deles, que preocupem-se em mudar a forma de educar os seus filhos equilibrando afeto e limite através de uma educação familiar.

8) Que o Programa funciona como um controle e que muitos vêm nos técnicos e no Programa uma rede de apoio social para aconselhar-se, esclarecer-se e buscar orientar-se acerca de suas atitudes comportamentais para com os seus filhos, revendo os papéis familiares e adequando-se aos novos anseios da sociedade moderna. Há casos que os pais sinalizam que estão prestes a cometer violência com seus filhos com o objetivo de pedir ajuda.

#### ASSISTENTE SOCIAL – F

1) Limite é quando o responsável diz não e não volta atrás.

2) O limite para criança e adolescente é necessário, serve para eles refletirem sobre o sim ou o não que receberam.

3) Eles respondem que quando eram crianças apanharam e nem por isso morreram. Hoje os filhos não obedecem de tanta proteção que os programas dão as crianças e adolescentes.

4) Eles reproduzem a violência e não conseguem discernir o que é bom ou ruim para elas.

5) Diálogo, procuramos resgatar sua infância, quando seus pais lhe batiam se era bom? Eles respondiam que não.

Também orientamos que quando dizem não para o filho expliquem porque estão recebendo aquele não e falar com carinho, pois quando o adulto está com muita raiva passa para criança insegurança e ódio.

6) Explicando e acompanhando a família que observando quanto a relação pais (responsáveis) e filhos. Observamos como ocorre o diálogo entre ambos e depois chamamos os responsáveis e colocamos que eles devem falar com os seus filhos e respeitar suas opiniões, mas explicando porque o pai e a mãe ou responsáveis pensa a respeito daquela situação, sobre a educação que receberam dos avós.

7) A expectativa é que eles aderem as orientações e que eles passem a agir de forma diferente. Pois devemos acreditar que a mudança, porém é de extrema necessidade que aconteça a mudança quando o técnico faça um bom acolhimento.

8) O resultado é significativo. Teve alguns momentos que famílias nos relatam que foi maravilhoso o acompanhamento do assistente social ajudou a relação familiar. Temos depoimentos de algumas que relatam que nunca nenhuma assistente social nos tratam com humanismo eu tinha a visão desse profissional como se fosse um policial ou conselheiro tutelar.